



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, julho/2010

MINISTRO DA FAZENDA

Guido Mantega

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Nelson Machado

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Arno Hugo Augustin Filho

SECRETÁRIO-ADJUNTO

André Luiz Barreto de Paiva Filho

CHEFE DE GABINETE

Lindemberg de Lima Bezerra

SUBSECRETÁRIOS

Cleber Ubiratan de Oliveira

Eduardo Coutinho Guerra

Líscio Fábio de Brasil Camargo

Marcus Pereira Aucélio

Paulo Fontoura Valle

COORDENADORA-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

EQUIPE

Andresa Costa Biason

Angela Carballido Fernandez

Bruno Fabrício Ferreira da Rocha

Felipe Augusto Trevisan Ortiz

Felipe Palmeira Bardella

Heliane Bertulucci Fernandes

Heloisa Teixeira Saito

Janet Maria Pereira

Jeanne Vidal de Araujo

Renato Nogueira Starling

O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 3412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar
70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 16, n. 6, julho 2010. 32 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : , STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

O resultado primário do Governo Central em junho foi superavitário em R\$ 631,5 milhões, contra déficit de R\$ 517,9 milhões em maio. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 3,5 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficits de R\$ 2,8 bilhões e R\$ 71,6 milhões, respectivamente.

O resultado primário do Governo Central em junho de 2010 foi superavitário em R\$ 631,5 milhões, contra déficit de R\$ 517,9 milhões em maio.

**TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, 2009-2010**

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	MAI 2010	JUN 2010	JAN-JUN 2009 2010	
I. RECEITA TOTAL	65.494,7	61.461,7	341.356,5	399.082,9
I.1. Receitas do Tesouro	48.725,5	44.691,7	258.392,3	303.326,4
I.1.1. Receita Bruta (1)	48.961,5	46.761,4	262.004,2	307.598,2
I.1.2. (-) Restituições	-236,0	-2.065,8	-3.557,0	-4.173,2
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	-4,0	-54,8	-98,6
I.2. Receitas da Previdência Social	16.581,7	16.580,3	81.965,0	94.658,3
I.2.1. Receitas da Previdência Social - Urbano (2)	16.154,9	16.195,4	79.703,6	92.393,2
I.2.2. Receitas da Previdência Social - Rural (2)	426,8	384,9	2.261,4	2.265,1
I.3. Receitas do Banco Central	187,5	189,7	999,2	1.098,1
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	13.952,2	10.980,3	64.664,3	69.157,9
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	51.542,5	50.481,4	276.692,3	329.924,9
IV. DESPESA TOTAL	52.060,4	49.849,8	258.152,9	305.092,4
IV.1. Despesas do Tesouro	32.662,4	30.229,9	153.689,7	186.454,9
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	12.412,9	12.284,4	72.136,9	78.190,8
IV.1.2. Custeio e Capital	20.153,9	17.850,7	81.021,5	107.685,9
IV.1.2.1. Despesa do FAT	2.018,0	1.729,7	10.645,9	11.026,9
IV.1.2.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (3)	687,3	915,1	35,2	5.055,1
IV.1.2.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	1.827,6	1.851,7	9.236,0	10.909,7
IV.1.2.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	15.621,2	13.354,2	61.104,4	80.694,2
IV.1.2.4.1. Outras Despesas de Custeio	11.733,1	9.413,3	49.079,2	60.062,2
IV.1.2.4.2. Outras Despesas de Capital	3.888,1	3.940,9	12.025,1	20.632,0
IV.1.3. Transferência do Tesouro ao Banco Central	95,5	94,8	531,4	578,3
IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)	19.171,2	19.358,6	103.241,1	117.253,9
IV.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano (2)	15.352,0	15.501,1	82.638,0	93.886,4
IV.2.2. Benefícios Previdenciários - Rural (2)	3.819,3	3.857,6	20.603,1	23.367,5
IV.3. Despesas do Banco Central	226,8	261,3	1.222,0	1.383,6
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB (4)	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)	-517,9	631,5	18.539,4	24.832,5
VI.1. Tesouro Nacional	2.110,9	3.481,4	40.038,3	47.713,5
VI.2. Previdência Social (RGPS) (5)	-2.589,5	-2.778,3	-21.276,1	-22.595,5
VI.2.1. Previdência Social (RGPS) - Urbano (2)	803,0	694,4	-2.934,5	-1.493,2
VI.2.2. Previdência Social (RGPS) - Rural (2)	-3.392,5	-3.472,7	-18.341,7	-21.102,4
VI.3. Banco Central (6)	-39,3	-71,6	-222,8	-285,5
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			1,24%	1,46%

* Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

(3) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(4) Despesa correspondente a integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008.

(5) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(6) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

DISCRIMINAÇÃO	PRINCIPAIS VARIACIONES ACUMULADO JAN-JUN %	
	09/08	10/09
Receitas	-1,0%	16,9%
Tesouro	-4,5%	17,4%
Previdência	11,5%	15,5%
Transferências	2,3%	6,9%
Receita Líquida	-1,8%	19,2%
Despesas	17,2%	18,2%
Benefícios	12,6%	13,6%
Pessoal	21,0%	8,4%
Custeio e Capital	19,7%	32,9%
FAT	41,3%	3,6%
Subsídios	-98,6%	142,81
LOAS/RMV	18,0%	18,1%
Outras	22,6%	32,1%
Custeio	22,7%	22,4%
Capital	21,8%	71,6%
PIB estimado	3,4%	13,5%

Relativamente à receita bruta do Tesouro Nacional, houve redução de R\$ 2,2 bilhões (4,5%), passando de R\$ 49,0 bilhões em maio para R\$ 46,8 bilhões em junho. Essa evolução decorreu principalmente: i) da redução de R\$ 1,7 bilhão na arrecadação de dividendos; ii) da diminuição de R\$ 1,0 bilhão nas outras receitas,

influenciada pela arrecadação de depósitos judiciais em maio, sem correspondência em junho; e iii) da queda de R\$ 654,2 milhões nas receitas diretamente arrecadadas. Por outro lado, houve aumento de R\$ 1,1 bilhão na receita de impostos, especialmente influenciada pelo incremento de R\$ 2,3 bilhões na arrecadação do IRRF Rendimentos de Capital em função do recolhimento semestral desse tributo no mês de junho/2010, em conformidade com a Lei nº 10.892/2004.

Sobre essa receita bruta incidiu restituição no valor de R\$ 2,1 bilhões, contra R\$ 236,0 milhões verificadas em maio. Essa variação decorreu, especialmente, da restituição do IRRF sobre Rendimentos do Trabalho em junho, no valor de R\$ 1,8 bilhão.

As transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 11,0 bilhões em junho, contra R\$ 14,0 bilhões no mês anterior, registrando queda de 21,3%. As transferências constitucionais totalizaram R\$ 8,9 bilhões, com redução de 12,4% frente a maio, reflexo da menor arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI) especialmente no terceiro decêndio de maio, que repercute nas transferências de junho. As demais transferências diminuíram R\$ 1,7 bilhão, impactadas pela redução de R\$ 1,4 bilhão nos repasses de royalties, reflexo do recolhimento trimestral apurado pela União em abril e transferido em maio.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2010 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	MAI/10	JUN/10
Constitucionais (IR/IPI/outros)	10.168,8	8.903,9
CIDE-Combustíveis	-	-
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	162,5	162,5
Demais	3.620,8	1.913,9
Total	13.952,2	10.980,3

¹ Inclui auxílio financeiro

Do lado dos dispêndios, verificou-se a redução de R\$ 2,4 bilhões (7,4%) nas despesas do Tesouro Nacional em relação a maio. Os gastos com pessoal e encargos sociais atingiram R\$ 12,3 bilhões (redução de R\$ 128,5 milhões). Esse comportamento deve-se, principalmente, ao pagamento de passivos judiciais e administrativos do Poder Legislativo e Ministério Público da União, que totalizaram R\$ 721,8 milhões no mês de maio sem contrapartida no mês de junho. Cumpre destacar que os gastos com pessoal foram impactados no mês de junho pelo adiantamento de parcela do décimo-terceiro salário (gratificação natalina) dos servidores dos Poderes Legislativo, Judiciário e do MPU.

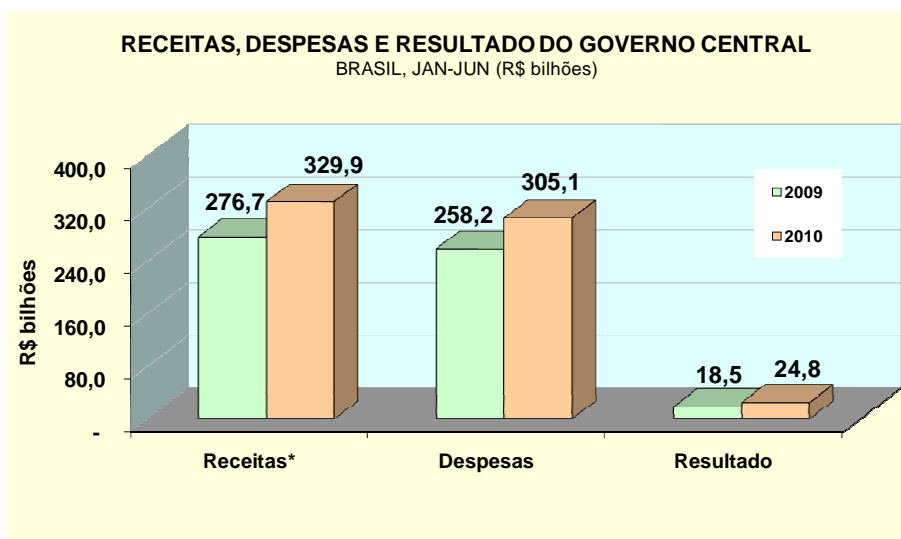
Registraram-se, ainda, reduções de R\$ 741,6 milhões nas despesas com sentenças judiciais, de R\$ 476,3 milhões em créditos extraordinários, de R\$ 288,2 milhões nas despesas com Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e de R\$ 207,0 milhões em despesas dos fundos de desenvolvimento regional (FDA e FDNE). Houve diminuição de R\$ 878,5 milhões nas despesas discricionárias, principalmente no Ministério da Saúde (R\$ 463,1 milhões). Por outro lado, cresceram os gastos discricionários do Ministério do Desenvolvimento Social (R\$ 299,4 milhões).

A Previdência Social apresentou déficit de R\$ 2,8 bilhões, contra déficit de R\$ 2,6 bilhões apurado em maio. A receita líquida do RGPS permaneceu estável, no patamar de R\$ 16,6 bilhões. Os benefícios previdenciários, por sua vez, cresceram R\$ 187,4 milhões. Na segregação do resultado por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou superávit de R\$ 694,4 milhões no mês, contra R\$ 803,0 milhões

No acumulado do primeiro semestre de 2010, o Governo Central apresentou superávit equivalente a 1,46% do PIB, 0,22 p.p. superior ao mesmo período de 2009.

em maio. A parcela rural registrou déficit de R\$ 3,5 bilhões em junho contra R\$ 3,4 bilhões em maio.

No acumulado de janeiro a junho, o resultado primário do Governo Central foi superávitário em R\$ 24,8 bilhões, contra R\$ 18,5 bilhões registrados em igual período de 2009. Essa evolução reflete o crescimento de R\$ 7,7 bilhões no superávit do Tesouro Nacional e os aumentos de R\$ 1,3 bilhão no déficit da Previdência e de R\$ 62,7 milhões no déficit do Banco Central.



A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R\$ 45,6 bilhões (17,4%) relativamente ao ao primeiro semestre de 2009. Esse aumento é explicado, principalmente, pelas seguintes variações: i) incremento de R\$ 13,3 bilhões (25,3%) na Cofins e de R\$ 2,8 bilhões (19,6%) no PIS-Pasep, refletindo o crescimento no volume de vendas em 2010, a compensação de débitos no montante de R\$ 3,0 bilhões ocorrida em 2009, e as desonerações concedidas no ano passado; ii) aumento na arrecadação do IPI (R\$ 4,1 bilhões), do IOF (R\$ 3,5 bilhões) e da CIDE-Combustíveis (R\$ 2,4 bilhões), refletindo alterações na legislação tributária e, adicionalmente, no caso da CIDE, a compensação de débitos em 2009 no montante de R\$ 1,0 bilhão; iii) crescimento de R\$ 4,7 bilhões na arrecadação da cota-parte de compensações, explicado pela elevação do preço internacional do petróleo; iv) aumento de R\$ 4,6 bilhões em Outras Receitas em consequência do ingresso de receitas do parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009 e do pagamento e parcelamento de que trata a Medida Provisória nº 470/2009.

As Transferências a Estados e Municípios apresentaram crescimento de R\$ 4,5 bilhões entre janeiro e junho de 2010, frente a igual período de 2009. Os principais fatores explicativos dessa evolução são os repasses de *royalties* e participação especial pela exploração de petróleo e gás natural (aumento de R\$ 2,9 bilhões)

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, JAN-JUN (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Tesouro Nacional	2,68%	2,81%
Previdência Social	-1,42%	-1,33%
Banco Central	-0,01%	-0,02%
Governo Central	1,24%	1,46%

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS
BRASIL, JAN-JUN (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Constitucionais (IR/IPI/outros)	3,28%	3,02%
CIDE - Combustíveis	0,02%	0,05%
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	0,20%	0,06%
Demais	0,83%	0,94%
Total	4,32%	4,07%

¹ Inclui auxílio financeiro

e o incremento dos repasses de tributos compartilhados por União, Estados e Municípios (R\$ 2,3 bilhões). Por outro lado, no acumulado do ano, os repasses referentes às Leis Complementares nºs 87/1996 e 115/2002 apresentaram-se R\$ 2,0 bilhões inferiores aos de 2009. Esse comportamento se explica pelo auxílio financeiro para fomento às exportações, no valor de R\$ 1.950,0 milhões, transferido aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios em junho de 2009 sob o amparo da Medida Provisória nº 464/2009.

No acumulado até o primeiro semestre de 2010, as despesas do Tesouro Nacional cresceram R\$ 32,8 bilhões (21,3%) frente ao mesmo período de 2009. Essa evolução decorreu, principalmente, dos seguintes fatores: i) crescimento de R\$ 6,1 bilhões nas despesas de pessoal e encargos sociais; ii) incremento das despesas discricionárias, as quais se elevaram R\$ 11,3 bilhões; iii) queda dos retornos líquidos no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), que foram R\$ 7,2 milhões em 2010 contra R\$ 4,2 bilhões em 2009; iv) aumento de R\$ 2,4 bilhões nos créditos extraordinários; e v) aumento de R\$ 1,7 bilhão nas despesas com LOAS e RMV.

Os investimentos cresceram 71,6% em 2010 em comparação a 2009. As despesas com o PAC aumentaram 84,9%.

Cumprе salientar o incremento de R\$ 8,6 bilhões (71,6%) dos investimentos até junho de 2010 relativamente ao mesmo período de 2009, e de R\$ 4,1 bilhões (84,9%) das despesas do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Por fim, o déficit da Previdência Social elevou-se em R\$ 1,3 bilhão (6,2%) relativamente ao período de janeiro a junho de 2009, alcançando R\$ 22,6 bilhões frente aos R\$ 21,3 bilhões apurados no ano anterior. A arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 12,7 bilhões (15,5%), explicada, sobretudo, pelo crescimento da massa salarial, que repercutiu nas contribuições sobre a folha de pagamento. Por outro lado, as despesas com benefícios previdenciários cresceram R\$ 14,0 bilhões (13,6%).

Na segregação por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou déficit de R\$ 1,5 bilhão, que corresponde a 6,6% do déficit total do regime, enquanto a parcela rural registrou déficit de R\$ 21,1 bilhões (93,4% do déficit do RGPS).

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

Em decorrência de fatores sazonais, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou queda de 4,5% relativamente ao mês anterior.

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 46,8 bilhões em junho contra R\$ 49,0 bilhões verificados em maio (queda de 4,5%). Este comportamento é explicado pelos acréscimos de R\$ 1,1 bilhão (5,1%) nas receitas de impostos, de R\$ 428,3 milhões (2,3%) nos ingressos decorrentes de contribuições e pelo decréscimo de R\$ 3,7 bilhões (42,7%) nas demais receitas do Tesouro.

As receitas de impostos federais totalizaram R\$ 22,9 bilhões e as de contribuições R\$ 18,9 bilhões em junho, apresentando, em seu conjunto, acréscimo de R\$ 1,5 bilhão (3,9%) em relação aos valores apurados em maio. Essa evolução refle-

te, principalmente: i) o acréscimo de R\$ 1,6 bilhão na arrecadação do IRRF, destacando-se o IRRF - Rendimentos do Capital, que apresentou acréscimo de R\$ 2,3 bilhões, devido ao recolhimento semestral, no mês de junho, em conformidade com a Lei nº 10.892/04; ii) o crescimento de R\$ 520,6 milhões na arrecadação da Cofins, e; iii) as quedas do IRPJ (R\$ 574,0 milhões) e da CSLL (R\$ 333,3 milhões). O comportamento das demais receitas do Tesouro Nacional apresentou queda de R\$ 3,7 bilhões na arrecadação, influenciada i) pelo decréscimo de R\$ 1,7 bilhão nos Dividendos; ii) pela redução de R\$ 1,0 bilhão nas outras receitas, reflexo da regularização de depósitos judiciais anteriores à Lei nº 9.703/98, para a conta única do Tesouro ocorrida em maio e; iii) pela queda de R\$ 654,2 milhões nas receitas diretamente arrecadadas. Cabe destacar, ainda, o significativo incremento de R\$ 1,8 bilhão das restituições pagas em junho explicado, sobretudo, pela restituição do IRRF – Rendimentos do Trabalho no valor de R\$ 1,7 bilhão frente a R\$ 44,9 milhões restituídos em maio.

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou 18,11% do PIB no primeiro semestre de 2010, dos quais 8,29% correspondem à arrecadação de impostos, 6,92% às contribuições e 2,90% às demais receitas.

Comparada ao mesmo período de 2009, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento nominal de R\$ 45,6 bilhões (17,4%), passando de R\$ 262,0 bilhões para R\$ 307,6 bilhões. Esse crescimento deveu-se, fundamentalmente, à recuperação dos principais indicadores macroeconômicos que influenciam a arrecadação de tributos, como a produção industrial, o volume geral de vendas e a massa salarial.

O crescimento na arrecadação de impostos e contribuições decorreu, principalmente, dos seguintes fatores:

- a) incremento de R\$ 13,3 bilhões na Cofins e de R\$ 2,8 bilhões no PIS-Pasep, devido: i) ao crescimento de 14,6% no volume geral de vendas no acumulado de dezembro de 2009 a maio de 2010 em relação ao mesmo período de 2008/2009; ii) à compensação no pagamento dessas contribuições, no primeiro semestre de 2009, no montante de cerca de R\$ 3,0 bilhões, mediante a utilização de créditos oriundos de pagamento indevido ou a maior realizado em período anterior; e iii) às desonerações promovidas por meio das Leis nºs 11.774/2008, 11.787/2008, 11.945/2009, 12.024/2009 e 12.096/2009.
- b) incremento de R\$ 4,1 bilhões na arrecadação de IPI, explicado principalmente pelos seguintes itens: i) IPI-Automóveis, decorrente do aumento de 10,5% no volume de vendas de veículos de dezembro/2009 a maio/2010 em relação ao mesmo período do ano anterior e da alteração da tabela de incidência para os fatos geradores de 2009, conforme Decreto nº 6.687/2008; ii) IPI-Fumo, em fun-

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL		
BRASIL, 2010 (R\$ Milhões)		
DISCRIMINAÇÃO ¹	MAI/10	JUN/10
Impostos	21.753,6	22.872,3
Imposto de Renda	14.772,3	15.591,0
IPI	3.170,4	3.377,3
Outros	3.810,9	3.904,0
Contribuições	18.426,6	18.854,9
Cofins	10.924,5	11.445,1
CPMF	3,7	8,3
CSLL	2.885,1	2.551,7
Cide - Combustíveis	530,5	581,6
Outras	4.082,9	4.268,2
Demais	8.781,3	5.034,2
Cota parte	1.393,9	1.124,0
Diretamente Arrecadada	2.488,7	1.834,5
Dividendos da União	1.760,3	59,0
Concessões	130,3	44,1
Outras	3.008,1	1.972,6
Total Bruto	48.961,5	46.761,4

¹ Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

No primeiro semestre de 2010, o crescimento da receita bruta do Tesouro Nacional reflete a recuperação dos principais indicadores macroeconômicos no período.

ção da mudança do prazo de apuração e recolhimento estabelecida pela Lei nº 11.933/2009, em maio de 2009, e do ajuste linear de 23,5% das alíquotas, conforme Decreto nº 6.809/2009, em junho de 2009; e iii) IPI-Outros, devido ao crescimento de 17,5% na produção industrial acumulada de dezembro/2009 a maio/2010 em relação ao mesmo período de 2008/2009, bem como em função das desonerações instituídas pelos Decretos nºs 6.696/2008, 6.890/2009, 6.996/2009, 7.016/2009, 7.017/2009, 7.032/2009 e 7.060/2009.

- c) crescimento de R\$ 3,5 bilhões na arrecadação do IOF refletindo o aumento de 2,0% da alíquota nas liquidações de operações de câmbio para ingresso de recursos no país, realizadas por investidor estrangeiro, para aplicação no mercado financeiro e de capitais, constantes dos Decretos nºs 6.983/2009 e 7.011/2009.
- d) crescimento de R\$ 3,1 bilhões no IRRF, devido: i) à elevação de R\$ 3,0 bilhões (11,4%) do IRRF – Rendimentos do Trabalho, devido ao aumento de 10,8% da massa salarial nos meses de dezembro/2009 a maio/2010, em relação ao mesmo período de 2008/2009, e à alteração da tabela de incidência do IRPF, conforme a Lei nº 11.945/2009; ii) ao crescimento de R\$ 372,4 milhões (7,6%) no IRRF – Remessas ao Exterior; iii) ao aumento de R\$ 325,5 milhões (11,5%) do IRRF – Outros Rendimentos; e iv) à redução de R\$ 597,9 milhões (5,0%) no IRRF – Rendimentos do Capital, influenciada pela queda de arrecadação nas operações de *swap*.
- e) crescimento de R\$ 2,4 bilhões na CIDE-combustíveis, devido a: i) compensações, em 2009, no valor de cerca de R\$ 1,0 bilhão; e ii) aumento das alíquotas específicas sobre gasolina e diesel, a partir dos fatos geradores de junho/2009, conforme Decreto nº 6.875/2009.
- f) crescimento de R\$ 1,5 bilhão no IRPJ e de R\$ 485,7 milhões na CSLL, cujo desempenho acumulado ainda está bastante influenciado pelo pagamento do ajuste, que terminou no mês de março e reflete o desempenho da economia no ano de 2009. Cumpre destacar que os resultados da arrecadação por estimativa das instituições financeiras encontram-se influenciados por pagamentos extraordinários de R\$ 1,0 bilhão realizados em abril/2009.
- g) crescimento de R\$ 1,1 bilhão na arrecadação de IRPF, refletindo o aumento da arrecadação em decorrência dos pagamentos do ajuste IRPF/2010, ano base 2009, e o crescimento do item ganhos líquidos em bolsa.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-JUN (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO ¹	2009	2010
Impostos	8,41%	8,29%
Imposto de Renda	6,38%	5,96%
IPI	0,92%	1,06%
Outros	1,10%	1,28%
Contribuições	6,51%	6,92%
Cofins	3,51%	3,87%
CPMF	0,01%	0,00%
CSLL	1,50%	1,35%
Cide - Combustíveis	0,08%	0,21%
Outras	1,42%	1,48%
Demais	2,59%	2,90%
Cota parte	0,55%	0,76%
Diretamente Arrecadada	0,87%	0,85%
Dividendos da União	0,58%	0,53%
Concessões	0,10%	0,03%
Outras	0,49%	0,73%
Total Bruto	17,51%	18,11%

¹ Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

DEMAIS RECEITAS DO TESOURO BRASIL, JAN-JUN (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Demais	38.788,1	49.220,2
Cota parte	8.181,3	12.910,5
Plano do Servidor (CPSS)	4.117,8	4.615,9
Diretamente Arrecadada	13.055,6	14.410,4
Dividendos da União	8.702,0	9.034,3
Concessões	1.529,8	449,4
Outras	3.201,6	7.799,9

O conjunto das demais receitas do Tesouro Nacional, por sua vez, alcançou crescimento de R\$ 10,4 bilhões (26,9%), em relação ao primeiro semestre de 2009, decorrente: i) do acréscimo de R\$ 4,7 bilhões (57,8%) na arrecadação relativa à cota-parte de compensações financeiras em função do aumento do preço internacional do petróleo; ii) do crescimento de R\$ 4,6 bilhões (143,6%) em outras receitas, como consequência do ingresso de receitas do parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009 e do pagamento e parcelamento de que trata a Medida Provisória nº

470/2009; e iii) do crescimento de R\$ 1,4 bilhões (10,4%) na arrecadação das receitas diretamente arrecadadas.

Em junho, as transferências a Estados e Municípios totalizaram R\$ 11,0 bilhões, contra R\$ 14,0 bilhões no mês anterior, apresentando queda de 21,3%. As transferências constitucionais alcançaram R\$ 8,9 bilhões, com decréscimo de R\$ 1,3 bilhão (12,4%) frente a maio, reflexo da menor arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI), especialmente devido à queda do montante da base de cálculo no terceiro decêndio de maio, com reflexo nas transferências de junho.

Em relação ao primeiro semestre de 2009, as transferências a estados e municípios apresentaram, em seu conjunto, aumento de R\$ 4,5 bilhões (6,9%), elevando-se de R\$ 64,7 bilhões em 2009 para R\$ 69,2 bilhões em 2010. Os principais fatores explicativos dessa evolução são: i) o crescimento de R\$ 2,9 bilhões (56,2%) nos repasses de *royalties* e participação especial pela exploração de petróleo e gás natural, explicado pela elevação do preço internacional do petróleo; ii) o crescimento de R\$ 2,3 bilhões (4,7%) nas transferências constitucionais (IPI, IR e outras), reflexo da maior arrecadação das receitas compartilhadas (IR e IPI) em 2010 comparativamente a 2009; iii) o crescimento de R\$ 605,7 milhões (200,5%) nas transferências da CIDE devido, como já mencionado, ao aumento das alíquotas específicas sobre gasolina e diesel, a partir de fatos geradores de junho de 2009 (Decreto nº 6.875/2009); iv) compensações em 2009, no valor de aproximadamente R\$ 1,0 bilhão; e vii) auxílio financeiro para fomento às exportações, no valor de R\$ 1.950,0 milhões, transferido aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios em junho de 2009 sob o amparo da Medida Provisória nº 464/2009.

Em junho, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 30,2 bilhões, contra R\$ 32,7 bilhões no mês anterior, redução de R\$ 2,4 bilhões (7,4%). As principais variações em relação ao mês anterior foram: i) redução de R\$ 2,3 bilhões (11,4%) nas despesas de Custeio e Capital; e ii) redução de R\$ 128,5 milhões (1,0%) nas despesas de Pessoal e Encargos Sociais.

As despesas de Pessoal e Encargos Sociais reduziram R\$ 128,5 milhões em relação ao mês anterior, devido, principalmente, ao pagamento de passivos judiciais e administrativos do Poder Legislativo e Ministério Público da União, que totalizaram R\$ 721,8 milhões no mês de maio sem contrapartida no mês de junho. Cumpre destacar que os gastos com pessoal foram impactados no mês de junho pelo adiantamento de parcela do décimo-terceiro salário (gratificação natalina) dos servidores dos Poderes Legislativo, Judiciário e do MPU.

Os gastos totais com custeio e capital atingiram R\$ 17,9 bilhões (redução de 11,4%), dos quais R\$ 13,4 bilhões (redução de 14,5%) relativos a outras despesas de custeio e capital. As despesas com o FAT atingiram R\$ 1,7 bilhão, reduzindo-se

Transferências a Estados e Municípios

BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (IR + IPI-EXP.)		
BRASIL, 2010 (R\$ milhões)		
Decêndio	Mai	Jun
Terceiro Decêndio	16.022,0	10.574,7
Primeiro Decêndio	1.783,6	4.242,5
Segundo Decêndio	4.710,4	4.723,7
Total	22.516,0	19.541,0

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS		
BRASIL, 2010 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	MAI/10	JUN/10
Constitucionais (IR/IPI/outras)	10.168,8	8.903,9
CIDE-Combustíveis	-	-
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	162,5	162,5
Demais	3.620,8	1.913,9
Total	13.952,2	10.980,3

¹ Inclui auxílio financeiro

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS		
BRASIL, JAN-JUN (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Constitucionais (IR/IPI/outras)	3,28%	3,02%
CIDE - Combustíveis	0,02%	0,05%
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	0,20%	0,06%
Demais	0,83%	0,94%
Total	4,32%	4,07%

¹ Inclui auxílio financeiro

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL		
BRASIL, 2010 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	MAI/10	JUN/10
Pessoal e Encargos	12.412,9	12.284,4
Custeio e Capital	20.153,9	17.850,7
Despesas do FAT	2.018,0	1.729,7
Subsídios e Subvenções	687,3	915,1
LOAS/RMV	1.827,6	1.851,7
Outras	15.621,2	13.354,2
Transferência ao Bacen	95,5	94,8

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

em R\$ 288,2 milhões (14,3%), enquanto que os gastos com Subsídios e Subvenções Econômicas cresceram R\$ 227,8 milhões (33,1%). As despesas com LOAS aumentaram R\$ 24,1 milhões (1,3%), atingindo R\$ 1,9 bilhão.

No caso das despesas do FAT, verificou-se execução de R\$ 1,7 bilhão em junho, contra gastos de R\$ 2,0 bilhões em maio. Houve desembolso de R\$ 42,8 milhões com abono salarial sem contrapartida no mês anterior, enquanto que as despesas com seguro desemprego se mantiveram no mesmo patamar do mês de maio (R\$ 1,6 bilhão). Esse desempenho observa o calendário de pagamento do abono referente ao exercício 2009/2010 (julho/2009 a junho/2010), regulamentado pela Resolução Codefat nº 605, de 27 de maio de 2009.

Em relação aos Subsídios e Subvenções Econômicas, a variação das despesas decorreu, principalmente, da execução dos Preços Agrícolas, especialmente nos Programas: i) de Sustentação de Preços, com acréscimo de R\$ 97,2 milhões (105,2%); e ii) Aquisição do Governo Federal – AGF, com acréscimo de R\$ 44,5 milhões (24,0%). Adicionalmente, verificou-se incremento de despesas no âmbito do Programa Especial de Saneamento de Ativos – Pesa no montante de R\$ 45,9 milhões (78,8%). Por outro lado, registrou-se redução de gastos no Programa Nacional de Agricultura Familiar – Pronaf, no montante de R\$ 15,9 milhões.

Em relação às Outras Despesas de Custeio e Capital, a redução de R\$ 2,3 bilhões concentrou-se principalmente nas despesas discricionárias, com queda de R\$ 878,5 milhões (7,9%); nas sentenças judiciais e precatórios de custeio, com redução de R\$ 741,6 milhões (94,0%); e nos créditos extraordinários, com redução de R\$ 476,3 milhões (43,2%). Por outro lado, registrou-se acréscimo de despesas de R\$ 72,5 milhões (4,2%) no Programa de Aceleração do Crescimento. Dentre as despesas discricionárias, destacaram-se a redução nos dispêndios do Ministério da Saúde R\$ 463,1 milhões (10,2%), contra aumento no Ministério do Desenvolvimento Social de R\$ 299,4 milhões (24,1%).

As despesas do Tesouro Nacional totalizaram 10,98% do PIB até junho de 2010, contra 10,27 % no mesmo período do ano anterior. Em termos nominais, verificou-se aumento de R\$ 32,8 bilhões (21,3%) em relação ao mesmo período de 2009, destacando-se os incrementos de R\$ 26,7 bilhões (32,9%) nas Despesas de Custeio e Capital, e de R\$ 6,1 bilhões (8,4%) nos gastos com Pessoal e Encargos Sociais.

Os dispêndios com a folha salarial registraram redução de 0,22 p.p em relação ao PIB no período, passando de 4,82% em 2009, para 4,60% em 2010. Em termos nominais, houve aumento de R\$ 6,1 bilhões, sendo que houve acréscimo de 11,6% no âmbito dos Poderes Legislativo, Judiciário e MPU e de 11,1% no Poder Executivo. Ressalte-se o pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pessoal

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS BRASIL, 2010 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO ¹	MAI/10	JUN/10
Agricultura	397,0	600,0
Custeio Agropecuário	4,9	5,4
Investimento Rural	0,5	0,5
Preços Agrícolas	277,9	419,7
- EGF	0,3	0,3
- AGF	185,2	229,7
- Sustent. de preços	92,4	189,6
Pronaf	-1,1	14,8
Pesa	58,2	104,1
Cacau	0,0	0,0
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	44,1	49,2
FUNCAFÉ	12,5	6,3
Revitaliza	0,0	0,0
Outros	13,7	35,2
Habituação (PSH)	0,0	0,0
FND	-1,2	-1,2
Exportação (Proex)	14,9	36,4
Total	410,8	635,2

¹ Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL, 2010 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	MAI/10	JUN/10
Sentenças Judiciais	789,3	47,6
Legislativo	106,2	93,3
Judiciário	445,0	440,2
Crédito Extraordinário ¹	1.101,6	625,4
PAC ²	1.742,2	1.814,7
Outras ³	340,8	115,5
Discricionárias	11.096,0	10.217,6
d/q Min. da Saúde	4.540,2	4.077,2
Min. do Des. Social	1.244,3	1.543,7
Min. da Educação	1.576,4	1.665,4
Min. da Defesa	774,4	853,6
Min. da Ciência e Tec.	406,3	375,2
Min. do Des. Agrário	236,9	213,9
Min. da Justiça	311,1	301,1
Min. da Previdência	223,0	158,8
Min. dos Transportes	107,4	70,3
Min. das Cidades	50,6	58,4
Demais	1.625,4	900,1
Total	15.621,2	13.354,2

¹ Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.

² Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei no 11.768/2008 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 12053/2009.

³ Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistados, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-JUN (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Tesouro Nacional	10,27%	10,98%
Pessoal e Encargos	4,82%	4,60%
Custeio e Capital	5,41%	6,34%
Despesas do FAT	0,71%	0,65%
Subsídios e Subvenções ¹	0,00%	0,30%
LOAS/RMV	0,62%	0,64%
Outras	4,08%	4,75%
Transferência ao Bacen	0,04%	0,03%

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

de R\$ 3,7 bilhões em 2010, contra o desembolso de R\$ 5,2 bilhões no mesmo período de 2009.

Os gastos com Custeio e Capital passaram de 5,41% para 6,34% do PIB (acréscimo de 0,93 p.p.), explicados por: i) incremento de 0,67 p.p. na rubrica 'Outras Despesas de Custeio e Capital'; ii) aumento em 0,30 p.p. do PIB nos gastos com Subsídios e Subvenções Econômicas; iii) aumento de 0,03 p.p. nos dispêndios com LOAS/RMV; e, iv) redução de 0,06 p.p. nas despesas com abono salarial, seguro desemprego e gastos operacionais do FAT.

As despesas do FAT atingiram R\$ 11,0 bilhões nos seis primeiros meses de 2010, contra R\$ 10,6 bilhões em igual período do ano anterior, com crescimento de 3,6%. O acréscimo é decorrente não somente do aumento do salário mínimo, mas também da elevação no número de beneficiários identificados.

As despesas com Subsídios e Subvenções Econômicas alcançaram R\$ 5,1 bilhões em 2010, contra R\$ 35,2 milhões no mesmo período de 2009. Esta variação decorreu, em grande medida, devido à queda dos retornos líquidos no âmbito do FND, que foram de R\$ 7,2 milhões em 2010, contra R\$ 4,2 bilhões em 2009. Adicionalmente, houve elevação no período das despesas dos seguintes programas: i) Aquisição do Governo Federal – AGF (R\$ 570,7 milhões); ii) Sustentação de Preços (R\$ 279,3 milhões); iii) Fundo da Terra/Incra (R\$ 221,1 milhões); e iv) Investimento Rural (R\$ 113,2 milhões). Por outro lado, houve redução nos dispêndios de Custeio Agropecuário (R\$ 160,8 milhões) e do Pronaf (R\$ 140,9 milhões). Adicionalmente, o Programa de Exportação (PROEX) apresentou retorno líquido de R\$ 125,5 milhões em 2010, contra despesas de R\$ 86,2 milhões em 2009 (variação de R\$ 211,7 milhões).

As despesas com benefícios assistenciais (LOAS/RMV) aumentaram R\$ 1,7 bilhão (18,1%) em relação ao mesmo período de 2009. Essa variação é explicada pelos reajustes de 12,0% e 9,7% do salário mínimo nos anos de 2009 e 2010, respectivamente, e pelo crescimento vegetativo da quantidade de benefícios pagos, que foi de 8,0% no primeiro semestre de 2010 relativamente a igual período de 2009 (média contra média). Do total de benefícios pagos, 1,6 milhão foi destinado aos idosos e 1,7 milhão aos portadores de necessidades especiais.

Os dispêndios com a folha salarial registraram redução de 0,22 p.p em relação ao PIB no acumulado de 2010 relativamente a igual período de 2009.

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS BRASIL, JAN-JUN (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO ¹	2009	2010
Agricultura	2.246,4	3.171,9
Custeio Agropecuário	185,9	25,1
Investimento Rural	-102,7	10,6
Preços Agrícolas	1.145,8	2.072,3
- EGF	11,1	87,7
- AGF	637,5	1.208,3
- Sustent. de preços	497,1	776,4
Pronaf	369,1	228,2
Pesa	253,9	226,1
Cacau	0,7	0,0
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	319,1	540,1
FUNCAFÉ	41,8	69,4
Revitaliza	32,8	0,0
Outros	-4.122,7	-132,7
Habituação (PSH)	5,2	0,0
FND	-4.214,1	-7,2
Exportação (Proex)	86,2	-125,5
Total	-1.876,3	3.039,2

¹ Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos
² Dados revisados

**QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS LOAS
BRASIL, 2001-2010**

	Total LOAS	Varição em relação à média do ano anterior	Idosos	Varição em relação à média do ano anterior	Portadores de Necessidades Especiais	Varição em relação à média do ano anterior
média 2001	1.290.690	-	444.190	-	846.500	-
média 2002	1.455.205	13%	531.617	20%	923.588	9%
média 2003	1.631.497	12%	627.693	18%	1.003.804	9%
média 2004	1.898.903	16%	821.288	30%	1.077.615	7%
média 2005	2.173.634	15%	1.002.778	23%	1.170.856	9%
média 2006	2.389.050	10%	1.131.939	13%	1.257.111	8%
média 2007	2.575.467	8%	1.239.649	10%	1.335.818	6%
média 2008	2.810.538	9%	1.360.235	10%	1.450.303	9%
média 2009	3.052.295	9%	1.487.566	9%	1.564.729	8%
jun/01	1.252.569	-	425.151	-	827.418	-
jun/02	1.395.228	11%	501.538	18%	893.690	8%
jun/03	1.598.107	15%	607.888	21%	990.220	11%
jun/04	1.804.754	13%	752.074	24%	1.052.680	6%
jun/05	2.121.352	18%	971.478	29%	1.149.874	9%
jun/06	2.340.455	10%	1.102.386	13%	1.238.068	8%
jun/07	2.522.507	8%	1.210.337	10%	1.312.170	6%
jun/08	2.746.034	9%	1.326.797	10%	1.419.237	8%
jun/09	3.000.612	9%	1.458.307	10%	1.542.305	9%
jun/10	3.231.174	8%	1.562.547	7%	1.668.628	8%

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL, JAN-JUN (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Sentenças Judiciais	1.638,2	2.124,1
Legislativo	535,1	571,1
Judiciário	2.153,2	2.468,0
Crédito Extraordinário ¹	1.550,7	3.987,9
PAC ²	4.831,6	8.935,6
Outras ³	403,2	1.305,2
Discricionárias	49.992,3	61.302,4
d/q Min. da Saúde	23.698,2	25.225,6
Min. do Des. Social	6.774,3	8.508,4
Min. da Educação	5.094,0	8.541,9
Min. da Defesa	3.445,6	5.529,7
Min. da Ciência e Tec.	1.522,6	1.893,5
Min. do Des. Agrário	1.007,6	1.116,7
Min. da Justiça	1.128,7	1.500,1
Min. da Previdência	713,1	1.016,1
Min. dos Transportes	464,6	624,9
Min. das Cidades	400,0	596,1
Demais	5.743,5	6.749,2
Total	61.104,4	80.694,2

¹ Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.

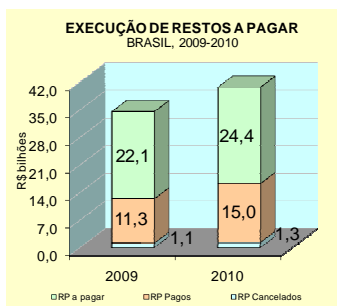
² Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei nº 11.768/2008 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 12053/2009.

³ Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistias, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

Em 2010, os gastos com investimentos do governo federal totalizaram R\$ 20,6 bilhões (incremento de 71,6%) em relação ao exercício de 2009.

As Outras Despesas de Custeio e Capital cresceram R\$ 19,6 bilhões (32,1%) nos primeiros seis meses de 2010 em relação ao exercício anterior, destacando-se: i) os gastos discricionários, com aumento de R\$ 11,3 bilhões (22,6%); ii) o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, com elevação de R\$ 4,1 bilhões (84,9%); iii) os Créditos Extraordinários, com aumento de R\$ 2,4 bilhões (157,2%); e iv) os gastos no âmbito dos Fundos de Desenvolvimento (ADA/ADENE), com incremento de R\$ 743,1 milhões. Responderam pelo crescimento dos gastos discricionários principalmente os Ministérios da Educação (R\$ 3,4 bilhões), da Defesa (R\$ 2,1 bilhões), do Desenvolvimento Social (R\$ 1,7 bilhão) e da Saúde (R\$ 1,5 bilhão). Destaca-se que os investimentos totais (Tabela A9) atingiram R\$ 20,6 bilhões, o que representou um incremento de R\$ 8,6 bilhões (71,6%) em relação ao ano de 2009.

O montante pago de restos a pagar (RP) nos primeiros seis meses de 2010, segundo o Decreto de Programação Financeira, correspondeu a R\$ 15,0 bilhões, equivalentes a 38,0% do total de RP inscritos (menos cancelamentos) contra 33,8% no mesmo período do ano anterior, sendo que R\$ 6,6 bilhões referem-se a despesas com investimentos, correspondentes a um percentual de execução de 25,7% do total programado para o ano. Do total dos RP pagos, a execução concentrou-se, principalmente, nos Ministérios da Educação (R\$ 3,4 bilhões), da Saúde (R\$ 3,4 bilhões) e da Defesa (R\$ 1,8 bilhão), destacando os projetos Implantação, Construção e Reforma de Campus Universitários (R\$ 283,8 milhões), Prevenção, Preparação e Enfrentamento para a Pandemia de Influenza (R\$ 157,1 milhões), Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde (R\$ 139,1 milhões), Reestruturação e



Expansão das Universidades Federais – Reuni (R\$ 296,6 milhões), e Aquisição, Modernização e Revitalização de Aeronaves (R\$ 204,8 milhões).

Em junho, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 2,8 bilhões contra um déficit de R\$ 2,6 bilhões em maio (crescimento de 7,3%). No primeiro semestre do ano, registrou-se um incremento do déficit de R\$ 1,3 bilhão (6,2%) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Previdência Social

Em junho de 2010, a Previdência Social registrou déficit de R\$ 2,8 bilhões, 7,3% superior ao registrado no mês anterior.

TABELA 2
RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2009-2010

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões			
	MAI	JUN	JAN-JUN	
	2010	2010	2009	2010
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	16.581,7	16.580,3	81.965,0	94.658,3
Arrecadação Bruta	18.284,6	18.327,4	91.778,8	105.828,8
- Contribuição Previdenciária	16.460,6	16.478,9	84.155,2	95.640,5
- Simples	1.450,5	1.638,3	5.823,2	8.754,5
- CFT	63,8	52,9	353,8	290,0
- Depósitos Judiciais	299,5	146,1	1.312,6	1.081,5
- Refis	10,3	11,1	134,1	62,4
(-) Restituição/Devolução	-59,7	-37,7	-242,3	-278,2
(-) Transferências a Terceiros	-1.643,2	-1.709,4	-9.571,4	-10.892,3
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	19.171,2	19.358,6	103.241,1	117.253,9
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-2.589,5	-2.778,3	-21.276,1	-22.595,5
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			-1,42%	-1,33%

A arrecadação líquida da Previdência Social totalizou R\$ 16,6 bilhões em junho, permanecendo estável frente aos ingressos líquidos de maio. Em relação ao primeiro semestre de 2009, a arrecadação líquida apresentou um aumento de R\$ 12,7 bilhões (15,5%). Contribuiu para esse crescimento o aumento da massa salarial, que repercute nas contribuições sobre a folha de pagamento. Segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), a massa salarial observada entre dezembro de 2009 e maio de 2010 foi 10,8% superior à verificada no período correspondente de 2008/2009.

As despesas com benefícios em junho alcançaram o montante de R\$ 19,4 bilhões, apresentando um crescimento de 1,0% em relação a maio. Comparativamente ao primeiro semestre de 2009, as despesas com benefícios elevaram-se em R\$ 14,0 bilhões (13,6%). Isso é explicado, principalmente, por dois fatores: i) aumento de R\$ 54,32 (8,3%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso; e ii) elevação de 695,4 mil (3,0%) na quantidade média men-

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA			
BRASIL, JAN-JUN (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010	%
Contribuição	81.965,0	94.658,3	15,5%
Urbano	79.703,6	92.393,2	15,9%
Rural	2.261,4	2.265,1	0,2%
Benefícios	103.241,1	117.253,9	13,6%
Urbano	82.638,0	93.886,4	13,6%
Rural	20.603,1	23.367,5	13,4%
Res. Primário	-21.276,1	-22.595,5	6,2%
Urbano	-2.934,5	-1.493,2	-49,1%
Rural	-18.341,7	-21.102,4	15,1%

No primeiro semestre do ano, o déficit atingiu R\$ 22,6 bilhões, frente a R\$ 21,3 bilhões em 2009. Em relação ao PIB, o déficit caiu de 1,42% em 2009 para 1,33% em 2010.

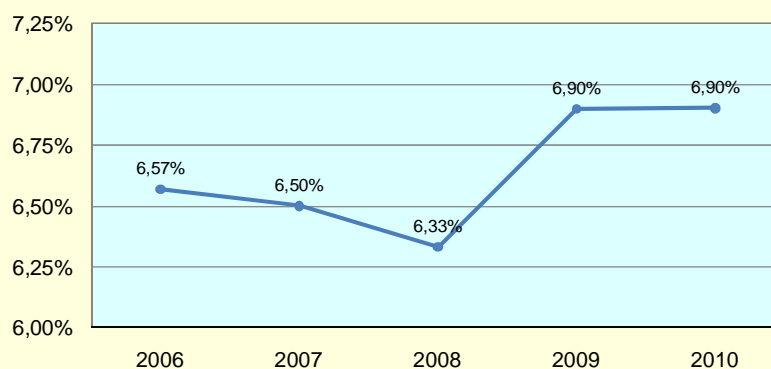
Nos últimos cinco anos, as despesas com benefícios previdenciários do RGPS cresceram, em média, 0,12 p.p. por ano, passando de 6,57% do PIB entre janeiro a junho de 2006 para 6,90% do PIB no mesmo período de 2010.

sal de benefícios pagos. Deve-se ressaltar, ainda, que o pagamento de precatórios e sentenças judiciais entre janeiro e junho de 2010 registrou um aumento de R\$ 723,6 milhões em relação ao mesmo período de 2009.

O gráfico a seguir ilustra a evolução das despesas com benefícios previdenciários nos últimos anos, considerando o acumulado de janeiro a junho de cada ano. Verifica-se que em 2006 esses gastos correspondiam a 6,57% do PIB; em 2010, correspondem a 6,90%. Nos últimos cinco anos, o crescimento médio das despesas com benefícios foi de 0,12 ponto percentual do PIB por ano.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN-JUN (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Contribuição	5,48%	5,57%
Urbano	5,33%	5,44%
Rural	0,15%	0,13%
Benefícios	6,90%	6,90%
Urbano	5,52%	5,53%
Rural	1,38%	1,38%
Res. Primário	-1,42%	-1,33%
Urbano	-0,20%	-0,09%
Rural	-1,23%	-1,24%

DESPESAS COM BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS (RGPS)
Brasil, 2006-2010 (% do PIB) - janeiro a junho



BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA BRASIL, MÉDIA JAN-JUN			
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010	%
Quantidade RGPS*	23,0	23,7	3,0%
Valor médio RGPS**	655,9	710,3	8,3%

(*) em milhões
(**) em R\$ 1,00

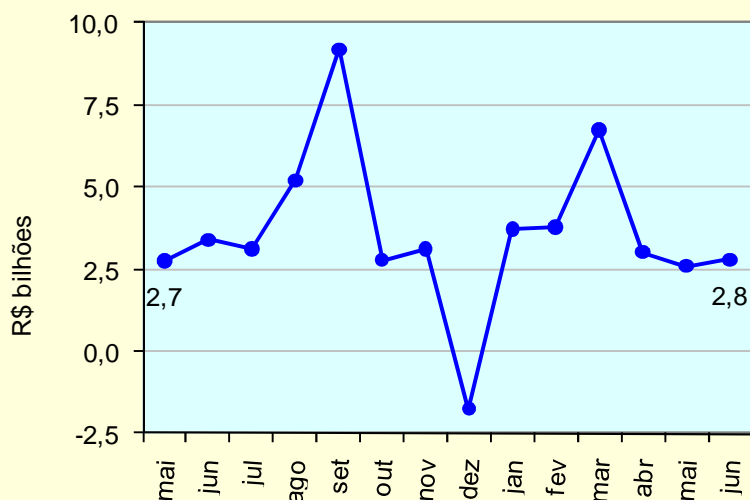
No estoque de benefícios do primeiro semestre de 2010, comparado ao mesmo período de 2009, destacam-se os aumentos de 581,4 mil aposentadorias (3,9%) e de 174,4 mil pensões por morte (2,7%), bem como a redução de 75,0 mil benefícios de auxílio-doença (5,9%).

TABELA 3
QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2009-2010

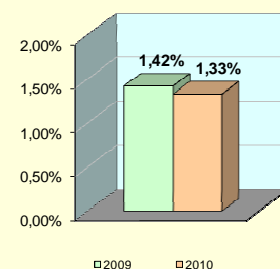
	Em mil benefícios			
	MAI	JUN	JAN-JUN	
	2010	2010	2009	2010
Benefícios do RGPS	23.797	23.913	22.974	23.669
Previdenciários	23.001	23.112	22.172	22.880
Aposentadorias	15.272	15.332	14.632	15.207
Idade	7.969	8.004	7.599	7.934
Invalidez	2.925	2.933	2.856	2.916
Tempo de contribuição	4.378	4.395	4.177	4.358
Pensão por morte	6.520	6.540	6.325	6.501
Auxílio-Doença	1.080	1.105	1.106	1.048
Salário - maternidade	74	79	61	70
Outros	55	56	47	54
Acidentários	796	801	802	789
Aposentadorias	162	163	155	161
Pensão por morte	126	126	128	126
Auxílio - doença	157	160	169	151
Auxílio - acidente	277	278	273	276
Auxílio - suplementar	73	73	78	74

Como proporção do PIB, a receita previdenciária apresentou acréscimo de 0,10 p.p. enquanto os gastos com benefícios previdenciários se mantiveram estáveis em relação ao período de janeiro a junho de 2009. Como resultado, o déficit primário do RGPS diminuiu para 1,33% do PIB, 0,09 p.p. menor que o registrado no mesmo período do ano anterior.

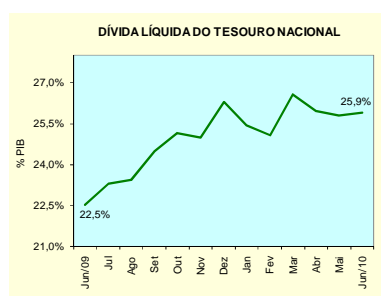
DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2009/2010



DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, JAN-JUN (% do PIB)



Em junho, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 899,3 bilhões, o equivalente a 25,9% do PIB, aumentando em 0,1 p.p. comparativamente ao mês anterior.



DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

A Dívida Líquida do Tesouro Nacional – DLTN alcançou o montante de R\$ 899,3 bilhões em junho, o equivalente a 25,9 % do PIB. Comparativamente ao mês anterior, houve aumento de R\$ 12,0 bilhões, em termos nominais, resultado do aumento de R\$ 10,9 bilhões no estoque da dívida interna líquida e de R\$ 1,1 bilhão na dívida externa líquida. Em relação ao PIB, houve aumento de 0,1 ponto percentual no mês.

TABELA 4
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2009/2010

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2009		2010
	JUN	MAI	JUN
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	571.141	792.878	803.773
I.1. Dívida Interna	1.821.636	2.183.702	2.186.322
I.2. Haveres Internos	1.250.495	1.390.824	1.382.550
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	112.440	94.475	95.543
II.1. Dívida Externa	112.728	94.853	95.904
II.2. Haveres Externos	288	378	361
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	683.581	887.353	899.316
IV. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB¹	22,5%	25,8%	25,9%

(*) Dados sujeitos a alteração.

¹ PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Em relação ao ano anterior, a DLTN tomada em proporção do PIB aumentou 3,4 pontos percentuais, passando de 22,5% em junho de 2009 para 25,9% em junho de 2010. Em termos nominais, houve aumento de R\$ 215,7 bilhões, no mesmo período, consequência do crescimento de R\$ 232,6 bilhões no estoque da dívida interna líquida, compensado em parte pela queda de R\$ 16,9 bilhões no estoque da dívida externa líquida.

Dívida Interna Líquida

A Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional encerrou o mês de junho com um saldo de R\$ 803,8 bilhões, o que corresponde a 23,2% do PIB. Em relação ao mês anterior, houve crescimento de R\$ 10,9 bilhões, decorrente do aumento de R\$ 2,6 bilhões no estoque da dívida interna e da queda de R\$ 8,3 bilhões nos haveres internos.

Relativamente ao ano anterior, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional, tomada em proporção do PIB, cresceu 4,4 p.p. Passou de 18,8% em junho de 2009 para 23,2% em junho de 2010. Em termos nominais, observou-se um crescimento de R\$ 232,6 bilhões no mesmo período, resultado do aumento de R\$ 364,7 bilhões no estoque da dívida interna e pelo crescimento de R\$ 132,1 bilhões nos haveres internos.

TABELA 5
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2009/2010

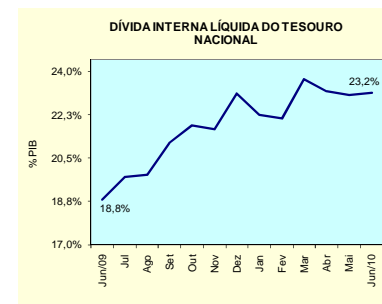
DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2009 JUN	2010 MAI	2010 JUN
I. DÍVIDA INTERNA	1.821.636	2.183.702	2.186.322
I.1. Dívida Mobiliária	1.799.943	2.167.880	2.170.776
DPMFi em Poder do Público ¹	1.321.876	1.519.563	1.516.501
DPMFi em Poder do Banco Central	499.646	673.435	679.635
(-) Aplicações em Títulos Públicos ²	(21.579)	(25.117)	(25.359)
I.2. Demais Obrigações Internas	21.693	15.822	15.546
II. HAVERES INTERNOS	1.250.495	1.390.824	1.382.550
II.1. Disponibilidades Internas	407.426	383.679	366.077
II.2. Haveres junto aos Governos Regionais	442.402	447.019	453.130
II.3. Haveres da Administração Indireta	212.328	223.819	225.606
II.4. Haveres Administrados pela STN	188.338	336.308	337.736
III. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	571.141	792.878	803.773
IV. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB³	18,8%	23,0%	23,2%

(*) Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui TDA e dívida securitizada.

² Refere-se a aplicações do FAT e fundos diversos em títulos públicos federais.

³ PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.



A Dívida Mobiliária (Dívida Pública Mobiliária Federal interna – DPMFi), descontadas as aplicações do FAT e de outros fundos públicos em títulos federais, cresceu R\$ 2,9 bilhões em relação ao mês anterior (em relação ao PIB, diminuiu 0,5 p.p.). Esse aumento da DPMFi pode ser explicado pela apropriação de juros no valor de R\$ 20,1 bilhões, compensado em grande parte pelo resgate líquido de R\$ 16,9 bilhões ocorrido no período. Em relação a junho do ano anterior, o aumento foi de R\$ 371,0 bilhões em termos nominais, ou 3,3 p.p. em proporção do PIB, passando de 59,3% para 62,5% do PIB.

Na carteira de títulos em poder do público, houve redução de R\$ 3,1 bilhões, em decorrência do resgate líquido de R\$ 16,9 bilhões, que mais do que compensou a apropriação de juros no total de R\$ 13,9 bilhões. Na carteira do Banco Central, houve crescimento de R\$ 6,2 bilhões, resultado da apropriação de juros. Não houve emissões e resgates no período.

Em relação à composição da carteira em poder do público, as variações mais significativas, comparadas ao mês anterior, ocorreram no estoque de LFT com uma redução de R\$ 33,5 bilhões e de LTN, cujo aumento foi de R\$ 16,8 bilhões.

Título	R\$ bilhões		
	2009 JUN	2010 MAI	2010 JUN
Em Poder do Público	1.322	1.520	1.517
LFT	499	543	509
LTN	232	282	299
NTN-B	301	367	373
NTN-C	58	60	61
NTN-F	188	229	236
Demais ¹	43	38	38
Aplic. em Tít. Púb.	-22	-25	-25
Na carteira do BCB	500	673	680
Total	1.800	2.168	2.171
% PIB	59,3%	63,0%	62,5%

¹ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

A Dívida Interna Líquida aumentou 0,2 p.p. do PIB em junho, passando de 23,0% em maio para 23,2% neste mês.

TABELA 6
VARIAÇÃO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, JUN/2010

Título	Saldo Mai/10	Fatores de Variação ¹¹			Saldo Jun/10
		Emissões	Resgates ¹²	Juros ¹³	
Em poder do público	1.519,6	35,3	-52,2	13,9	1.516,5
LFT	542,6	12,6	-50,0	3,9	509,1
LTN	282,2	14,9	-0,7	2,6	299,0
NTN-B	367,4	3,0	-0,7	3,8	373,5
NTN-C	60,1	0,0	0,0	1,0	61,1
NTN-F	229,1	4,7	-0,2	2,2	235,8
Demais ¹⁴	38,2	0,1	-0,6	0,3	38,0
Na carteira do BCB	673,4	0,0	0,0	6,2	679,6
Total	2.193,0	35,3	-52,2	20,1	2.196,1

(*) Não inclui saldos de haveres relativos às aplicações oficiais em títulos públicos.

¹¹ Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acréscimo) ao saldo da obrigação.

¹² Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.

¹³ Refere-se aos juros apropriados por competência.

¹⁴ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

Os haveres internos do Tesouro Nacional diminuíram R\$ 8,3 bilhões em relação ao mês anterior, resultado da redução de R\$ 17,6 bilhões nas disponibilidades internas e do aumento de R\$ 6,1 bilhões nos haveres junto aos governos regionais, de R\$ 1,8 bilhão nos haveres da administração indireta e de R\$ 1,4 bilhão nos haveres administrados pela STN.

Quanto aos haveres junto aos governos regionais, a principal variação ocorreu nos saldos devedores das dívidas renegociadas ao amparo da Lei nº 9.496/97 e MP nº 2.185/01, que juntas tiveram um crescimento de R\$ 6,2 bilhões, em função da alta do IGP-DI. Pelos termos contratuais, a correção monetária desses saldos, medida pelo IGP-DI, é realizada com base na taxa de inflação verificada no mês anterior ao mês de apuração do saldo, que no mês de maio foi de 1,57%.

Nos haveres da administração indireta, houve aumento de R\$ 866,5 milhões nos haveres do FAT, de R\$ 569,6 milhões nos saldos dos Fundos Constitucionais e de R\$ 394,9 milhões nos Fundos Diversos.

Em relação aos haveres administrados pela STN, o principal aumento se deu no saldo dos haveres de operações estruturadas, de R\$ 901,1 milhões, além do crescimento dos haveres de legislação específica em R\$ 150,0 milhões e demais operações, de R\$ 380,0 milhões.

A Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional em junho totalizou R\$ 95,5 bilhões, contra R\$ 94,5 bilhões em maio. Aumentou R\$ 1,0 bilhão em termos nominais e 0,1 p.p. em relação ao PIB. Essa variação foi resultado da

HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS
BRASIL, 2009/2010

Discriminação	R\$ bilhões		
	2009		2010
	JUN	MAI	JUN
Lei 9.496/97	317,5	326,7	332,0
MP 2.185/01	50,1	52,4	53,3
Lei 8.727/93	39,5	36,1	35,8
Antecipação de Royalties	11,4	9,9	10,1
Bônus Renegociados	7,1	6,0	6,0
Lei 7.976/89	0,5	0,0	0,0
Demais Haveres	16,2	15,9	16,0
Total	442,4	447,0	453,1
% PIB	14,6%	13,0%	13,1%

HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO
INDIRETA
BRASIL, 2009/2010

Entidade	R\$ bilhões		
	2009		2010
	JUN	MAI	JUN
FAT	137,6	142,5	143,4
Fundos Regionais	47,8	54,1	54,6
Demais	26,9	27,2	27,6
Total	212,3	223,8	225,6

Dívida Externa
Líquida

apropriação positiva de juros no valor de R\$ 683,0 milhões, das emissões líquidas no valor de R\$ 1,1 bilhão, compensadas em parte pela variação cambial negativa no montante de R\$ 711,0 milhões.

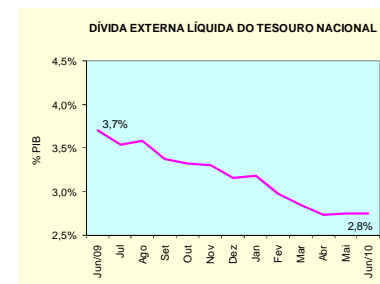
Em junho de 2010, a Dívida Externa Líquida totalizou R\$ 95,5 bilhões, equivalentes a 2,8% do PIB, valor inferior ao registrado no ano anterior em 0,9 p.p. do PIB.

TABELA 7
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2009/2010

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2009		2010
	JUN	MAI	JUN
I. DÍVIDA EXTERNA	112.728	94.853	95.904
I.1. Dívida Mobiliária	87.536	75.011	74.827
Euro	10.306	6.850	6.707
Global US\$	66.189	57.114	56.976
Global BRL	10.763	10.847	10.946
Demais	278	200	199
I.2. Dívida Contratual	25.192	19.842	21.077
Organismos Internacionais	21.387	16.651	17.952
Bancos Privados e Agências Governamentais	3.805	3.191	3.124
II. HAVERES EXTERNOS	288	378	361
II.1. Disponibilidades de Fundos, Autarquias e Fundações	288	378	361
III. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	112.440	94.475	95.543
IV. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB¹	3,7%	2,7%	2,8%

(*) Dados sujeitos a alteração.

¹ PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.



Comparativamente ao ano anterior, a redução foi de R\$ 16,9 bilhões, passando de R\$ 112,4 bilhões em junho de 2009 para R\$ 95,5 bilhões em junho de 2010. Em percentual do PIB, a redução foi de 0,9 p.p.

TABELA 8
VARIAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, JUN/2010

Discriminação	Estoque Mai/10	Fatores de Variação				Estoque Jun/10
		R\$ milhões				
		Emissões	Resgates ¹	Juros ²	Variação Cambial	
Dívida Mobiliária³	75.011	0	(194)	584	(574)	74.827
Global US\$	57.114	0	(80)	417	(475)	56.976
Euro	6.850	0	(114)	67	(97)	6.707
Global BRL	10.847	0	0	99	0	10.946
Demais	200	0	(0)	1	(2)	199
Dívida Contratual	19.842	1.598	(325)	99	(137)	21.077
Org. Internacionais	16.651	1.590	(213)	61	(137)	17.952
Bancos Priv./Ag. Gov.	3.191	8	(113)	38	(0)	3.124
Total	94.853	1.598	(520)	683	(711)	95.904

¹ Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos, pagamentos antecipados e outros ajustes.

² Refere-se aos juros nominais apropriados por competência na moeda de referência, convertido para moeda local pela taxa de câmbio de final de período.

³ A partir de Jan/2010, o estoque da dívida mobiliária passou a ser apurado pelo método da TIR, alinhando-se à metodologia utilizada na apuração do estoque da DPMFI.

Do estoque total da dívida externa, a dívida mobiliária corresponde a 78,0% (R\$ 74,8 bilhões); e a dívida contratual representa 22,0% (R\$ 21,0 bilhões).

Anexos

a) Lista de Abreviaturas

b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Receitas Primárias do Governo Central

Tabela A3 – Despesas primárias do Governo Central

Tabela A4 – Execução Financeira do Tesouro Nacional

Tabela A5 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

c) Tabelas da Dívida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A6 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Dívida do Tesouro Nacional

Tabela A8 – Haveres do Tesouro Nacional

d) Outras Informações

Tabela A9 – Investimento do Governo Federal por Órgão até Junho 2010/2009

e) Boletim de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBEE – Comercializadora Brasileira de Energia Elétrica
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
Emgea – Empresa Gestora de Ativos
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
Fistel – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
Paes – Parcelamento Especial
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RFB – Receita Federal do Brasil
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR – Imposto Territorial Rural
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TDA – Títulos da Dívida Agrária
TR – Taxa Referencial

TABELA A4 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL *

R\$ milhões

	Jun/2009	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/2010
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	57.326,4	54.386,0	61.198,2	51.628,9	62.871,4	78.867,4	93.506,6	52.555,0	68.644,6	62.503,3	67.956,8	73.282,3	62.702,5
I.1 - Recolhimento Bruto	40.844,4	36.534,3	43.503,5	35.731,1	44.224,3	60.061,0	65.362,1	34.740,0	51.423,9	43.189,7	47.965,8	53.844,1	44.378,1
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-5,2	0,0	0,0	-89,4	0,0	-12,4
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	2.103,2	1.596,5	1.638,6	1.245,3	1.774,8	1.602,3	1.660,2	1.112,0	1.501,4	2.318,7	1.799,7	1.619,9	1.666,8
I.4 - Receita das Operações de Crédito	93,7	254,4	699,2	339,1	124,7	128,6	120,5	208,0	57,0	111,4	101,2	113,3	93,9
I.5 - Receita do Salário Educação	833,2	840,6	827,5	870,6	853,9	858,4	902,1	1.585,4	922,0	909,9	917,2	931,5	966,3
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	13.452,0	15.160,3	14.529,4	13.442,7	15.893,8	16.217,2	25.461,8	14.914,7	14.740,3	15.973,6	17.262,2	16.773,6	15.609,7
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS	63.967,7	69.196,1	69.322,7	67.088,5	61.280,4	75.312,7	74.712,9	68.407,7	54.442,8	58.357,9	51.984,0	60.755,6	59.522,3
II.1 - Liberações Vinculadas	14.246,0	10.703,5	12.329,3	10.489,7	12.765,1	14.947,3	16.982,1	11.849,4	12.847,7	10.131,6	13.431,6	14.233,2	12.284,3
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	8.615,3	6.643,8	7.711,9	6.859,8	7.918,5	9.753,5	12.702,5	8.193,0	9.932,8	7.425,9	8.861,0	10.844,3	9.490,2
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	1.065,5	1.393,3	2.216,8	1.170,8	1.881,4	2.585,5	1.399,4	21,9	10,8	12,3	68,8	12,7	11,8
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	2.112,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	679,1	162,5	162,5	1.762,5	162,5	162,5
II.1.4 - Outras Vinculações	2.452,6	2.503,9	2.238,0	2.296,7	2.802,6	2.445,9	2.717,7	2.955,4	2.741,7	2.530,9	2.739,4	3.213,7	2.619,8
II.2 - Liberações Ordinárias	49.721,8	58.492,5	56.993,4	56.598,9	48.515,4	60.365,4	57.730,8	56.558,3	41.595,1	48.226,3	38.552,4	46.522,4	47.238,0
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	15.314,6	12.565,0	12.919,8	12.650,0	12.944,6	18.721,5	14.850,2	879,2	2.169,5	932,0	872,9	2.249,6	956,1
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	719,4	1.800,2	1.007,5	115,8	1.000,9	136,8	872,2	980,1	308,3	938,6	1.503,1	590,1	2.702,2
i) Dívida Contratual Interna	101,5	94,3	98,7	98,4	100,7	95,8	102,7	71,0	100,9	103,5	102,0	93,3	93,9
ii) Dívida Contratual Externa	617,9	1.705,9	908,8	17,4	900,2	41,0	769,5	909,1	207,3	835,1	1.401,1	496,7	2.608,3
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	2.317,0	14.014,9	2.677,0	9.522,0	4.209,5	8.566,0	5.923,0	17.020,8	3.810,6	7.909,6	1.181,6	7.209,5	5.118,8
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	17.513,0	17.369,2	27.506,8	19.681,1	16.763,8	18.130,5	14.284,9	25.041,7	21.868,4	22.834,0	18.841,5	19.380,1	19.521,0
II.2.5 - Custeio e Investimento	13.544,0	12.438,1	12.663,0	14.054,6	13.366,4	14.542,2	21.422,6	12.328,9	13.322,6	15.101,0	15.998,1	16.887,6	18.520,0
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	313,8	305,1	219,2	575,3	230,3	268,3	377,8	307,7	115,8	511,0	155,3	205,5	419,8
II.2.7 - Restos a Pagar													
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	-6.641,3	-14.810,0	-8.124,5	-15.459,6	1.591,0	3.554,7	18.793,8	-15.852,7	14.201,8	4.145,5	15.972,8	12.526,7	3.180,2
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	50.618,1	26.731,6	-21.287,6	52.647,3	46.679,4	35.717,8	121.069,3	41.250,2	36.383,5	86.856,2	30.352,8	14.882,9	31.923,2
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	49.166,2	25.791,3	-22.337,3	51.156,8	45.436,1	34.755,1	119.788,8	40.433,8	34.502,9	85.622,4	29.008,3	13.640,4	30.922,6
IV.2 - Outras Operações de Crédito	1.451,9	940,3	1.049,7	1.490,5	1.243,2	962,8	1.280,5	816,4	1.880,6	1.233,9	1.344,5	1.242,6	1.000,7
V. DESPESAS	16.383,2	30.363,0	3.678,8	31.410,9	39.617,4	12.656,8	27.351,7	83.287,1	1.777,8	35.107,0	19.237,8	2.437,0	46.681,7
V.1 - Amortização da Dívida Interna	14.050,1	29.322,0	3.466,0	31.358,2	38.599,9	10.386,8	26.721,4	82.852,6	656,0	34.462,3	17.935,4	720,0	45.246,8
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	13.873,0	29.140,1	3.288,3	31.175,0	38.402,0	10.200,0	26.438,5	82.719,2	470,4	34.270,4	17.738,4	520,0	45.048,1
V.1.2 - Dívida Contratual	177,1	181,9	177,7	183,2	197,9	186,8	282,9	133,4	185,5	191,9	197,0	200,0	198,7
V.2 - Amortização da Dívida Externa	2.333,0	1.041,0	212,8	52,7	1.017,5	2.269,9	630,3	434,5	1.121,8	644,7	1.302,3	1.717,0	1.434,9
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	35.293,2	-3.348,8	-25.625,6	19.981,8	7.034,1	24.555,1	93.350,3	-42.285,4	34.032,5	51.352,0	11.269,8	13.120,3	-14.125,5
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	235,8	-14.656,0	42.096,9	-210,5	-9.688,9	-7.895,6	-4.763,1	-40.661,5	1.023,5	3.357,8	-7.470,0	9.438,0	3.182,1
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	27.829,4	-33.097,5	9.006,0	5.566,2	-1.035,9	18.720,1	107.748,2	-98.551,2	49.831,0	59.252,5	19.617,8	34.410,7	-8.396,1

* Valores apurados pelo conceito de "liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's. Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A5 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL *

R\$ milhões

	Jun/2009	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/2010
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	3.735,8	11.344,0	42.996,9	2.989,5	2.641,5	3.017,7	3.165,5	4.338,5	3.023,5	3.357,8	8.230,0	12.433,2	3.182,1
I.1. Emissão de Títulos	222,8	8.176,9	39.598,9	0,0	0,0	0,0	0,0	1.570,1	0,0	0,0	5.137,4	8.934,5	0,0
I.2. Remuneração das Disponibilidades	3.328,8	2.943,9	3.138,5	2.830,5	2.519,3	2.898,9	3.098,8	2.609,8	2.779,5	2.824,2	2.915,1	3.341,1	3.048,5
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	184,3	223,2	259,5	159,0	122,2	118,8	66,7	158,6	244,1	533,6	177,5	157,5	133,6
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	3.500,0	26.000,0	900,0	3.200,0	12.330,5	10.913,3	7.928,6	-45.000,0	-2.000,0	0,0	-15.700,0	-2.995,2	0,0
II.1. Resgate de Títulos	2.943,1	20.000,0	3,3	2.100,0	11.210,0	8.102,2	5.857,9	-36.000,0	0,0	0,0	-14.000,0	0,0	0,0
II.2. Encargos da DPMF	556,9	6.000,0	896,7	1.100,0	1.120,5	2.811,1	2.070,7	-9.000,0	-2.000,0	0,0	-1.700,0	-2.995,2	0,0
III. RESULTADO (I - II)	235,8	-14.656,0	42.096,9	-210,5	-9.688,9	-7.895,6	-4.763,1	49.338,5	5.023,5	3.357,8	23.930,0	15.428,3	3.182,1

* Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's. Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A6 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOUREO NACIONAL

R\$ milhões

	Jun/09	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/10
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	571.141,3	596.683,4	601.634,7	643.916,7	665.838,4	666.548,8	724.439,9	711.371,8	721.828,9	787.551,2	781.781,6	792.877,6	803.772,9
I.1. DÍVIDA INTERNA	1.821.636,1	1.841.321,7	1.896.688,4	1.917.834,7	1.919.935,6	1.940.698,1	2.037.584,5	1.949.887,6	1.994.164,7	2.057.893,3	2.145.910,6	2.183.702,1	2.186.322,4
DPMFi em Poder do Público ¹	1.321.875,6	1.349.885,5	1.400.982,4	1.385.888,8	1.370.813,0	1.389.867,6	1.398.415,5	1.355.728,1	1.397.662,8	1.400.381,9	1.492.913,0	1.519.562,6	1.516.501,2
DPMFi em Poder do Banco Central	499.646,1	490.801,4	494.092,3	530.202,9	547.458,8	549.108,3	637.815,0	600.725,7	603.739,1	665.276,3	661.210,1	673.434,7	679.634,6
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-21.579,0	-20.943,0	-19.826,5	-19.547,2	-19.535,5	-19.368,0	-19.603,2	-23.320,2	-23.752,1	-24.046,9	-24.257,8	-25.117,4	-25.359,5
Demais Obrigações Internas	21.693,3	21.577,7	21.440,2	21.290,2	21.199,4	21.090,2	20.957,2	16.753,9	16.515,0	16.282,0	16.045,2	15.822,3	15.546,0
I.2. HAVERES INTERNOS	1.250.494,8	1.244.638,3	1.295.053,7	1.273.918,0	1.254.097,2	1.274.149,3	1.313.144,6	1.238.515,8	1.272.335,8	1.270.342,1	1.364.129,0	1.390.824,5	1.382.549,5
Disponibilidades Internas	407.426,1	380.316,0	394.429,1	376.166,2	354.762,6	374.151,7	406.470,3	323.739,2	354.981,9	351.257,7	369.467,0	383.679,0	366.077,4
Haveres junto aos Governos Regionais	442.402,3	440.796,7	438.349,3	437.716,3	437.968,2	437.655,7	437.364,9	437.876,7	440.663,7	443.630,7	445.301,5	447.019,1	453.129,7
Haveres da Administração Indireta	212.328,5	211.406,8	213.996,7	215.177,2	216.904,5	218.294,6	220.960,1	220.090,4	220.930,6	221.178,7	221.766,6	223.818,6	225.606,1
Haveres Administrados pela STN	188.337,9	212.118,7	248.278,6	244.858,4	244.461,9	244.047,4	248.349,3	256.809,5	255.759,6	254.275,0	327.593,9	336.307,7	337.736,4
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	112.440,0	106.911,6	108.682,9	102.844,3	101.364,9	101.723,8	98.743,6	101.634,7	97.028,6	94.479,0	91.901,3	94.475,2	95.542,7
II.1. DÍVIDA EXTERNA	112.728,0	107.201,0	108.968,1	103.041,9	101.615,1	101.976,2	98.974,4	101.927,8	97.307,0	94.740,1	92.158,2	94.853,1	95.904,1
Dívida Mobiliária	87.535,6	83.039,3	84.541,6	80.266,4	79.552,6	80.080,9	78.904,7	80.385,9	76.578,4	74.635,5	72.913,1	75.010,9	74.827,5
Dívida Contratual	25.192,5	24.161,7	24.426,5	22.775,5	22.062,6	21.895,4	20.069,7	21.541,9	20.728,6	20.104,6	19.245,1	19.842,1	21.076,6
II.2. HAVERES EXTERNOS	288,1	289,5	285,2	197,6	250,3	252,4	230,7	293,1	278,3	261,1	256,8	377,9	361,4
Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações	288,1	289,5	285,2	197,6	250,3	252,4	230,7	293,1	278,3	261,1	256,8	377,9	361,4
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOUREO NACIONAL (I+II)	683.581,2	703.595,0	710.317,6	746.761,0	767.203,2	768.272,6	823.183,6	813.006,5	818.857,5	882.030,2	873.682,9	887.352,8	899.315,5
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOUREO NACIONAL/PIB²	22,5%	23,3%	23,4%	24,5%	25,2%	25,0%	26,3%	25,4%	25,1%	26,6%	25,9%	25,8%	25,9%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

² PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

TABELA A7 - DÍVIDA DO TESOUREO NACIONAL

R\$ milhões

	Jun/09	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/10
I. DÍVIDA INTERNA	1.821.636,1	1.841.321,7	1.896.688,4	1.917.834,7	1.919.935,6	1.940.698,1	2.037.584,5	1.949.887,6	1.994.164,7	2.057.893,3	2.145.910,6	2.183.702,1	2.186.322,4
I.1. DPMFi EM PODER DO PÚBLICO¹	1.321.875,6	1.349.885,5	1.400.982,4	1.385.888,8	1.370.813,0	1.389.867,6	1.398.415,5	1.355.728,1	1.397.662,8	1.400.381,9	1.492.913,0	1.519.562,6	1.516.501,2
LFT	499.212,2	537.902,9	545.295,8	511.364,2	516.223,4	519.676,3	500.224,2	517.195,8	526.403,3	500.457,9	536.704,9	542.559,5	509.085,5
LTN	232.028,3	217.223,0	237.052,5	246.156,7	214.246,5	232.589,4	247.269,5	214.563,2	229.229,9	240.957,3	272.071,3	282.221,3	299.015,5
NTN-B	301.300,4	307.032,7	320.389,4	324.946,6	330.145,6	322.134,5	329.996,9	341.459,1	351.579,4	361.080,0	368.096,3	367.402,7	373.467,9
NTN-C	58.481,8	56.918,9	57.160,8	57.299,3	57.186,4	57.677,5	58.006,3	56.882,5	57.943,2	58.654,9	58.937,0	60.109,0	61.101,0
NTN-F	187.542,1	188.561,6	200.957,7	206.634,1	213.814,0	218.763,9	224.206,1	186.499,8	193.779,0	200.634,6	219.519,3	229.090,7	235.781,5
Dívida Securitizada	14.822,3	14.268,3	12.160,6	12.113,2	12.113,4	12.068,6	12.058,1	11.945,0	11.896,1	11.856,3	11.306,0	11.294,4	11.254,2
Demais Títulos em Poder do Público	28.488,5	27.978,1	27.965,5	27.375,0	27.083,6	26.957,4	26.654,4	27.182,8	26.831,8	26.740,9	26.278,2	26.885,2	26.795,7
I.2. DPMFi EM PODER DO BANCO CENTRAL	499.646,1	490.801,4	494.092,3	530.202,9	547.458,8	549.108,3	637.815,0	600.725,7	603.739,1	665.276,3	661.210,1	673.434,7	679.634,6
LFT	215.088,7	224.706,8	226.266,5	227.837,0	229.417,8	230.933,6	242.856,3	244.459,8	245.912,0	247.780,2	249.427,5	251.300,4	253.289,2
LTN	109.976,1	91.986,9	92.866,7	103.792,4	96.592,4	100.486,6	132.190,7	103.068,7	103.862,7	120.428,9	107.551,9	108.522,4	109.507,1
Demais Títulos na Carteira do BCB	174.581,3	174.107,7	174.959,1	198.573,5	221.448,5	217.688,1	262.768,1	253.197,3	253.964,4	297.067,2	304.230,8	313.611,8	316.838,4
I.3. (-) APLICAÇÕES OFICIAIS EM TÍTULOS PÚBLICOS	-21.579,0	-20.943,0	-19.826,5	-19.547,2	-19.535,5	-19.368,0	-19.603,2	-23.320,2	-23.752,1	-24.046,9	-24.257,8	-25.117,4	-25.359,5
I.4. DEMAIS OBRIGAÇÕES INTERNAS	21.693,3	21.577,7	21.440,2	21.290,2	21.199,4	21.090,2	20.957,2	16.753,9	16.515,0	16.282,0	16.045,2	15.822,3	15.546,0
II. DÍVIDA EXTERNA	112.728,0	107.201,0	108.968,1	103.041,9	101.615,1	101.976,2	98.974,4	101.927,8	97.307,0	94.740,1	92.158,2	94.853,1	95.904,1
II.1. DÍVIDA MOBILIÁRIA	87.535,6	83.039,3	84.541,6	80.266,4	79.552,6	80.080,9	78.904,7	80.385,9	76.578,4	74.635,5	72.913,1	75.010,9	74.827,5
Euro	10.306,2	10.121,9	10.307,8	9.776,6	9.731,3	10.014,7	9.382,0	9.618,9	7.865,3	7.342,1	7.080,1	6.850,5	6.706,5
Global US\$	66.188,7	62.381,7	63.720,2	59.927,8	59.164,5	59.309,5	58.668,0	60.085,2	57.942,7	56.463,4	54.894,9	57.113,7	56.975,6
Global BRL	10.763,0	10.267,9	10.242,4	10.340,4	10.438,4	10.536,4	10.634,3	10.443,2	10.538,8	10.635,4	10.748,4	10.846,7	10.945,9
Demais Títulos Externos	277,7	267,8	271,1	221,6	218,5	220,4	220,3	238,7	231,6	194,5	189,7	200,1	199,4
II.2. DÍVIDA CONTRATUAL	25.192,5	24.161,7	24.426,5	22.775,5	22.062,6	21.895,4	20.069,7	21.541,9	20.728,6	20.104,6	19.245,1	19.842,1	21.076,6
Organismos Multilaterais	21.387,3	20.487,6	20.645,9	19.224,3	18.747,4	18.534,1	16.855,2	17.963,4	17.278,1	16.802,4	16.202,2	16.650,7	17.952,2
Credores Privados e Ag. Governamentais	3.805,2	3.674,1	3.780,6	3.551,3	3.315,2	3.361,2	3.214,5	3.578,5	3.450,5	3.302,2	3.042,9	3.191,4	3.124,4
III. DÍVIDA DO TESOUREO NACIONAL (I+II)	1.934.364,1	1.948.522,7	2.005.656,5	2.020.876,7	2.021.550,7	2.042.674,3	2.136.558,9	2.051.815,4	2.091.471,6	2.152.633,4	2.238.068,8	2.278.555,2	2.282.226,4
DÍVIDA DO TESOUREO NACIONAL/PIB²	63,7%	64,5%	66,1%	66,3%	66,3%	66,4%	68,2%	64,2%	64,0%	64,8%	66,5%	66,2%	65,8%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui TDA e dívida securitizada.

² PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

TABELA A8 - HAVERES DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Jun/09	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/10
I. HAVERES INTERNOS	1.250.494,8	1.244.638,3	1.295.053,7	1.273.918,0	1.254.097,2	1.274.149,3	1.313.144,6	1.238.515,8	1.272.335,8	1.270.342,1	1.364.129,0	1.390.824,5	1.382.549,5
I.1. DISPONIBILIDADES INTERNAS	407.426,1	380.316,0	394.429,1	376.166,2	354.762,6	374.151,7	406.470,3	323.739,2	354.981,9	351.257,7	369.467,0	383.679,0	366.077,4
I.2. HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS	442.402,3	440.796,7	438.349,3	437.716,3	437.968,2	437.655,7	437.364,9	437.876,7	440.663,7	443.630,7	445.301,5	447.019,1	453.129,7
Bônus Renegociados	7.105,3	6.826,7	6.924,9	6.459,3	6.010,3	6.065,0	6.071,5	6.503,9	6.337,6	6.187,9	5.738,8	5.996,7	5.977,3
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	2.670,3	2.645,7	2.618,0	2.590,1	2.563,0	2.534,2	2.506,8	2.478,8	2.450,0	2.423,2	2.393,7	2.365,9	2.338,4
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	10.970,0	10.944,4	10.918,5	10.902,4	10.903,5	10.877,2	10.858,3	10.831,7	10.914,1	11.005,7	11.047,3	11.098,8	11.244,4
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 7.976/89)	482,3	441,7	411,6	355,7	323,8	296,4	2,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	39.487,8	39.205,1	38.952,2	38.498,9	38.266,3	37.954,9	37.630,7	37.303,1	36.978,4	36.687,9	36.403,4	36.096,6	35.775,6
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	317.506,5	316.752,5	314.876,7	315.221,5	316.015,0	316.055,9	316.363,9	316.691,0	320.071,0	323.049,5	325.164,1	326.658,1	331.956,0
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	50.137,0	50.105,0	49.899,5	50.007,9	50.193,7	50.245,3	50.343,2	50.567,3	51.203,5	51.612,1	51.995,7	52.432,7	53.306,7
Antecipação de Royalties	11.444,3	11.318,5	11.220,3	11.262,4	11.213,4	11.213,4	11.197,4	11.078,8	10.282,3	10.261,7	10.162,7	9.943,1	10.087,6
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	2.598,7	2.557,2	2.527,7	2.459,4	2.430,2	2.413,5	2.390,3	2.422,0	2.426,7	2.402,7	2.395,7	2.427,3	2.443,7
I.3. HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRECTA	212.328,5	211.406,8	213.996,7	215.177,2	216.904,5	218.294,6	220.960,1	220.090,4	220.930,6	221.178,7	221.766,6	223.818,6	225.606,1
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	137.628,7	135.776,0	136.788,6	137.180,5	138.107,3	139.286,9	140.673,7	139.187,2	139.798,6	140.442,2	141.062,9	142.490,8	143.357,4
Fundos Constitucionais Regionais	47.804,5	48.375,8	48.918,0	49.366,7	49.917,0	50.476,1	51.225,2	51.774,9	52.392,9	52.909,1	53.399,1	54.100,6	54.626,7
Fundos Diversos	26.895,3	27.255,0	28.290,1	28.630,0	28.880,3	28.531,6	29.061,2	29.128,3	28.739,1	27.827,4	27.304,6	27.227,2	27.622,0
I.4. HAVERES ADMINISTRADOS PELA STN	188.337,9	212.118,7	248.278,6	244.858,4	244.461,9	244.047,4	248.349,3	256.809,5	255.759,6	254.275,0	327.593,9	336.307,7	337.736,4
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.565,5	5.566,0	5.567,8	5.569,8	5.572,2	5.574,4	5.576,8	5.579,2	5.589,0	5.592,7	5.593,8	5.605,5	5.609,7
Haveres de Operações Estruturadas	51.260,7	50.737,0	50.873,3	50.421,4	49.270,3	49.531,8	49.722,1	50.725,2	50.585,5	50.608,4	50.553,5	50.713,6	51.614,8
Haveres Originários de Privatizações	7.397,7	7.392,3	7.385,3	7.633,6	7.626,6	7.619,6	7.613,4	7.593,0	7.598,1	7.592,7	7.585,2	7.578,3	7.571,6
Haveres de Legislação Específica	96.781,3	121.186,3	157.299,8	154.406,7	154.376,0	153.431,7	157.661,1	164.669,8	163.654,8	162.730,8	236.049,9	244.231,2	244.381,2
Demais Haveres Administrados pela STN	27.332,7	27.237,1	27.152,4	26.826,9	27.616,7	27.889,8	27.775,8	28.242,4	28.332,2	27.750,4	27.811,6	28.179,1	28.559,1
II. HAVERES EXTERNOS	288,1	289,5	285,2	197,6	250,3	252,4	230,7	293,1	278,3	261,1	256,8	377,9	361,4
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	288,1	289,5	285,2	197,6	250,3	252,4	230,7	293,1	278,3	261,1	256,8	377,9	361,4
III. HAVERES DO TESOURO NACIONAL (I+II)	1.250.782,9	1.244.927,7	1.295.338,9	1.274.115,7	1.254.347,5	1.274.401,7	1.313.375,3	1.238.808,9	1.272.614,1	1.270.603,2	1.364.385,8	1.391.202,3	1.382.910,9
HAVERES DO TESOURO NACIONAL/PIB¹	41,2%	41,2%	42,7%	41,8%	41,1%	41,4%	41,9%	38,7%	39,0%	38,3%	40,5%	40,4%	39,8%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1) PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

TABELA A9 - INVESTIMENTO DO GOVERNO FEDERAL POR ÓRGÃO JUNHO 2010/2009 *

R\$ Mil

ÓRGÃO SUPERIOR	2009						2010					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano ¹			Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano ¹		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ²	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ²	Total
Câmara dos Deputados	273.212,6	19.036,2	674,0	672,1	18.118,8	18.791,0	158.279,2	32.223,8	1.864,9	1.823,8	10.305,9	12.129,7
Senado Federal	47.287,9	11.734,2	1.252,5	1.239,5	3.796,0	5.035,5	60.063,0	9.638,6	1.398,4	1.394,6	3.330,1	4.724,7
Tribunal de Contas da União	41.069,8	3.807,8	404,7	404,7	11.523,5	11.928,3	59.523,7	32.187,5	1.258,5	1.132,0	19.332,2	20.464,2
Supremo Tribunal Federal	69.559,6	4.312,5	1.117,5	1.117,5	30.163,9	31.281,4	61.290,1	6.155,3	873,8	869,2	7.415,1	8.284,4
Superior Tribunal de Justiça	14.385,0	5.433,8	2.492,5	2.487,9	7.778,7	10.266,6	19.949,9	4.370,4	3.536,4	3.534,8	11.236,4	14.771,2
Justiça Federal ³	284.645,1	279.826,2	239.880,5	239.764,5	80.867,0	320.631,5	364.506,3	501.148,6	292.208,8	291.941,4	92.760,4	384.701,8
Justiça Militar	10.765,7	1.903,3	409,0	400,7	1.167,6	1.568,4	9.484,0	3.505,3	268,8	260,5	3.274,8	3.535,3
Justiça Eleitoral	171.280,9	74.900,1	2.933,1	2.752,6	93.396,9	96.149,4	450.944,4	153.796,8	27.764,7	18.950,4	118.384,5	137.334,9
Justiça do Trabalho	224.149,0	48.744,0	11.478,6	8.953,5	95.930,9	104.884,4	189.482,7	46.450,3	11.008,8	10.091,2	71.583,5	81.674,7
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	62.496,0	27.648,6	2.584,2	2.389,7	14.320,4	16.710,1	47.836,2	5.472,8	3.259,4	2.659,8	20.709,6	23.369,4
Conselho Nacional de Justiça	-	-	-	-	-	-	46.253,0	4.422,9	26,1	24,3	33.591,7	33.616,1
Presidência da República ⁴	1.800.168,1	434.017,1	30.910,4	30.720,5	277.806,1	308.526,5	1.861.683,6	562.087,3	58.220,8	57.679,6	327.633,1	385.312,7
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	389.018,3	21.326,2	4.986,8	4.950,2	18.578,2	23.528,4	819.103,8	83.256,4	51.037,1	50.372,4	244.278,4	294.650,8
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.169.200,4	43.635,5	11.938,8	11.119,0	161.854,2	172.973,2	1.558.932,8	510.798,9	18.504,5	13.261,8	207.557,9	220.819,7
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.629.997,1	467.256,1	286.658,6	171.959,0	209.085,9	381.044,9	1.880.647,5	533.861,3	135.508,9	123.874,9	267.518,6	391.393,5
Ministério da Fazenda	497.576,6	54.765,3	23.323,5	17.148,8	41.877,0	59.025,7	1.050.015,3	32.837,3	12.290,8	11.770,9	147.533,3	159.304,2
Ministério da Educação	4.690.497,6	766.594,1	134.368,0	122.957,9	1.007.017,6	1.129.975,5	6.699.115,1	1.970.464,4	349.186,6	287.325,8	2.338.585,6	2.625.911,4
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	171.921,0	10.597,6	6.572,7	5.819,1	8.866,1	14.685,2	316.168,1	17.817,2	2.086,9	2.065,8	6.315,9	8.381,7
Ministério da Justiça	906.476,7	188.069,0	18.440,6	12.961,9	263.573,3	276.535,2	1.191.464,0	177.664,7	7.936,6	6.625,1	253.339,2	259.964,3
Ministério de Minas e Energia	67.664,4	14.490,1	6.610,1	6.501,9	14.277,4	20.779,3	182.607,6	12.673,3	3.022,2	2.816,0	19.749,0	22.565,0
Ministério da Previdência Social	239.477,7	13.741,4	1.927,2	1.197,6	66.544,1	67.741,7	165.808,7	39.527,3	11.127,5	9.948,9	170.705,2	180.654,1
Ministério Público da União	136.092,1	13.831,3	809,0	805,6	63.423,9	64.229,5	161.553,1	9.227,4	1.857,1	1.830,0	67.411,3	69.241,3
Ministério das Relações Exteriores	97.416,0	8.710,2	8.328,6	8.328,6	1.665,4	9.993,9	163.000,0	14.871,9	13.548,7	13.548,4	2.793,2	16.341,7
Ministério da Saúde	3.645.624,5	175.127,0	67.095,5	59.304,3	708.184,1	767.488,4	4.624.871,7	967.901,1	249.987,6	229.703,2	984.421,9	1.214.125,1
Ministério do Trabalho e Emprego	70.592,3	500,1	264,7	257,9	9.552,0	9.809,9	44.422,3	2.890,6	500,8	500,8	21.764,5	22.265,3
Ministério dos Transportes	10.945.760,8	5.688.585,0	649.381,0	630.170,8	2.324.337,2	2.954.508,0	13.886.545,4	6.909.613,0	1.492.217,8	1.437.035,7	3.937.816,0	5.374.851,8
Ministério das Comunicações	82.929,8	1.338,5	403,6	403,6	18.145,2	18.548,8	46.941,4	7.306,7	1.053,1	1.050,3	9.352,9	10.403,2
Ministério da Cultura	233.944,1	30.261,2	835,6	835,6	40.497,1	41.332,6	446.820,6	91.003,7	14.348,0	14.322,2	44.198,5	58.520,7
Ministério do Meio Ambiente	133.762,0	3.288,2	1.345,9	1.343,8	21.286,4	22.630,2	107.337,2	11.296,4	1.099,4	1.099,0	22.146,5	23.245,4
Ministério do Desenvolvimento Agrário	2.230.924,6	595.093,3	294.764,3	294.764,3	200.115,5	494.879,8	1.834.872,4	756.477,9	282.782,0	278.120,1	316.032,2	594.152,2
Ministério do Esporte	1.006.699,9	7.611,0	324,4	324,4	80.732,6	81.057,0	1.097.915,3	364.582,2	2.457,8	2.457,8	151.427,6	153.885,4
Ministério da Defesa	5.079.843,3	1.361.018,3	543.344,6	519.895,0	875.492,1	1.395.387,2	9.535.220,5	4.129.852,3	1.726.775,4	1.647.453,3	1.575.852,4	3.223.305,7
Ministério da Integração Nacional	5.802.948,3	1.770.472,1	546.645,8	544.864,0	817.051,0	1.361.915,0	6.562.042,9	2.306.835,3	415.947,6	411.056,4	1.348.911,9	1.759.968,4
Ministério do Turismo	2.107.212,6	88.802,8	5.633,2	5.633,2	188.566,8	194.200,0	3.215.566,8	804.207,0	18.308,3	14.308,3	355.212,9	369.521,2
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	260.925,5	68.843,6	40.224,6	40.224,6	48.289,6	88.514,1	338.383,8	179.503,2	38.443,5	38.443,5	49.628,2	88.071,7
Ministério das Cidades	8.554.741,1	2.836.208,7	313.834,1	312.825,0	1.135.743,6	1.448.568,5	7.602.245,1	2.691.510,7	727.724,0	721.451,7	1.631.673,7	2.353.125,4
Ministério da Pesca e Agricultura	-	-	-	-	-	-	465.301,0	53.644,8	5.428,8	5.428,8	21.934,2	27.362,9
Conselho Nacional do Ministério Público	-	-	-	-	-	-	3.772,8	825,0	12,8	12,8	-	12,8
TOTAL	53.150.266,7	15.141.530,4	3.262.198,1	3.065.499,2	8.959.625,9	12.025.125,1	67.329.971,1	24.041.909,4	5.984.882,9	5.716.245,6	14.915.718,3	20.631.963,9

Dados preliminares.

* Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção do elemento de despesa Empréstimos e Financiamentos (66).

¹ "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

² Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano seguinte

³ Houve descentralização de crédito para este órgão no valor de R\$ 195,9 milhões, em 2008.

⁴ Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União

Boletim FPE / FPM / IPI Exportação

Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios

Boletim - Ano XV - nº 6 - Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

JUNHO / 2010

Comentários

Em junho de 2010, os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram um decréscimo de -13,2%, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior.

As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 6.878.425,2 (mil), ante R\$ 7.925.614,5 (mil), no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: ->Governo->DAF - Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Distribuição do FPM/FPE

Origens	R\$ Mil								
	2009			2010			Variação Nominal		
	Maio	Junho	Janeiro a Junho	Maio	Junho	Janeiro a Junho	Jun / 2010 Mai / 2010	Jun / 2010 Jun / 2009	Jan a Jun/ 2010 Jan a Jun/ 2009
FPM	3.726.454,2	3.215.175,1	19.519.591,8	4.052.871,1	3.517.376,6	20.337.061,9	-13,2%	9,4%	4,2%
FPE	3.559.504,5	3.072.278,3	18.641.966,0	3.872.743,4	3.361.048,6	19.433.191,6	-13,2%	9,4%	4,2%
IPI-Exp	190.640,0	176.098,7	1.067.852,7	209.451,4	244.727,1	1.315.799,9	16,8%	39,0%	23,2%

Observações: Valores já deduzidos do FUNDEB (-20%);

Previsto x Realizado

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
JUNHO	- 9 %	- 13,2 %	- 9 %	- 13,2 %	+ 13 %	+ 16,8 %

Estimativa Trimestral

FUNDOS	JUL/JUN	AGO/JUL	SET/AGO
FPM / FPE / FNE / FNO / FCO	- 27 %	+ 38 %	- 15 %
IPI - EXP	+ 8 %	+ 3 %	+ 7 %

Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/05/2010 a 20/06/2010, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Mil

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-EXP	TOTAL
MAI/3º DEC	2.142.537	8.432.192	10.574.729	JUN/1º DEC	1.818.853	1.903.451	171.403	3.893.707
JUN/1º DEC	686.104	3.556.433	4.242.537	JUN/2º DEC	729.716	763.657	54.888	1.548.261
JUN/2º DEC	230.448	4.493.267	4.723.715	JUN/3º DEC	812.479	850.269	18.436	1.681.183
TOTAL	3.059.089	16.481.891	19.540.980	TOTAL	3.361.049	3.517.376	244.727	7.123.152

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta – Restituições – Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e recebimentos de dívida ativa);
- Nas cotas do FPM/FPE distribuídas no dia 10/06/2010, foi considerado o efeito da arrecadação líquida negativa do IPI observada no 2º decêndio de maio/10 (R\$ 19.304.576,26), que não havia sido não computada na distribuição da 3ª cota daquele mês, deixando-se naquela ocasião o valor correspondente à origem IPI como zero, dessa forma, no demonstrativo acima estão incluídas, além da arrecadação líquida do período de 21/05 a 20/06/2010, a arrecadação líquida negativa do IPI do período de 11 a 20/05.
- Nas transferências regulares foram deduzidos 20% para o FUNDEB.

Distribuição dos Fundos

R\$ Mil

Estados	UF	FPM	FPE	IPI-EXP
ACRE	AC	17.119,9	114.981,5	25,1
ALAGOAS	AL	83.160,9	139.823,0	660,2
AMAZONAS	AM	51.532,8	93.786,7	2.638,5
AMAPÁ	AP	12.216,7	114.679,0	258,2
BAHIA	BA	318.145,3	315.810,9	12.632,1
CEARÁ	CE	182.516,4	246.596,8	2.022,9
DISTRITO FEDERAL	DF	5.704,6	23.198,0	316,5
ESPÍRITO SANTO	ES	60.429,2	50.415,7	11.692,8
GOIÁS	GO	128.167,1	95.558,0	3.818,9
MARANHÃO	MA	146.002,8	242.607,2	2.533,6
MINAS GERAIS	MG	460.754,6	149.717,9	32.386,1
MATO GROSSO DO SUL	MS	53.340,6	44.769,2	2.327,1
MATO GROSSO	MT	64.787,1	77.569,6	3.026,2
PARÁ	PA	127.577,0	205.427,3	13.353,8
PARAÍBA	PB	113.204,0	160.957,3	437,1
PERNAMBUCO	PE	176.166,9	231.919,1	1.444,2
PIAUI	PI	92.679,1	145.244,4	84,8
PARANÁ	PR	238.351,9	96.905,8	21.563,6
RIO DE JANEIRO	RJ	106.135,9	51.346,7	38.615,3
RIO GRANDE DO NORTE	RN	88.322,7	140.421,3	356,1
RONDÔNIA	RO	30.669,6	94.633,7	470,7
RORAIMA	RR	21.605,1	83.377,5	16,3
RIO GRANDE DO SUL	RS	238.272,9	79.146,0	29.218,6
SANTA CATARINA	SC	136.382,8	43.014,7	15.691,6
SERGIPE	SE	50.870,9	139.661,7	121,7
SÃO PAULO	SP	464.762,3	33.610,5	48.945,4
TOCANTINS	TO	48.497,7	145.869,5	69,9
TOTAL		3.517.376,6	3.361.048,6	244.727,1

Obs.: Deduzidos 20 % do FUNDEB.

No Diário Oficial da União do dia 15 de dezembro de 2009, foi publicada a Portaria STN nº 744, de 14 de dezembro de 2009, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2010, disponível no sítio www.tesouro.fazenda.gov.br.

Coordenação-Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Intergovernamentais
 Fone: (61) 3412-3116-Fax: (61) 3412-3026
 Email: transferencias.stn@fazenda.gov.br